

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DE ECONOMIA

GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

RELAÇÃO COMERCIAL CHINA BRASIL
de 1995 a 2005

KEYLA MARIA DE FARIA PINHO

matrícula nº: 104031224

ORIENTADOR(A): Prof. MARTA LEMME

JUNHO 2009

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DE ECONOMIA

GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

RELAÇÃO COMERCIAL CHINA BRASIL

KEYLA PINHO

Matrícula nº: 104031224

BANCA EXAMINADORA

PROF. ORIENTADOR. MARTA LEMME

PROF. LUIZ OTÁVIO FAÇANHA

PROF EDSON PETERLI

JUNHO 2009

As opiniões expressas neste trabalho são de exclusiva responsabilidade da autora.

Dedico este trabalho a minha família, que tanto contribuiu para minha formação.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a minha mãe por todo o investimento, apoio, conselhos e paciência que me fizeram estar apresentando este trabalho hoje. Agradeço também, ao meu pai, por ter me ajudado a encontrar material para este trabalho. Agradeço ao meu grande amigo, Luiz Rosario pelo incentivo, auxílio com material e com a parte técnica, durante todo o trabalho. E por último, agradeço a amiga, Cristine Romar, por ter estado sempre solícita a me ajudar com palavras motivadoras. Ainda agradeço a minha orientadora, a professora Marta Lemme, que me deu os subsídios necessários para que esse trabalho fosse concluído.

RESUMO

Este trabalho focaliza as relações comerciais entre Brasil e China. O trabalho está dividido em três capítulos que objetivam explicar como algumas escolhas macroeconômicas do Brasil e da China os levaram a economias tão diferentes. O segundo capítulo procura demonstrar a relação comercial entre esses países durante os anos de 1995 a 2005, mostrando as diferenças de infraestrutura, participação no mercado internacional, e como essa relação comercial tem afetado o Brasil. O trabalho termina com a apresentação do terceiro capítulo que visa demonstrar algumas das soluções que as empresas brasileiras usaram para tentar competir com a entrada de produtos chineses no mercado interno e externo: dentre elas são abordadas nesse trabalho, a utilização de medidas antidumping, investimento em capacitação e parcerias com empresas chinesas.

SÍMBOLOS, ABREVIATURAS, SIGLAS E CONVENÇÕES

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
BB	Banco do Brasil
IE	Instituto de Economia
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
RPC	República Popular da China
PEA	População Economicamente Ativa
PIB	Produto Interno Bruto
UNCTAD	United Nations Conference on Trade and Development
PCCh	Partido Comunista Chinês
OMC	Organização Mundial de Comércio
URSS	União Soviética
CBDE	Câmara Brasil China de Desenvolvimento Econômico
CBERS	China-Brazil Earth Resources Satellite
CNI	Confederação Nacional das Indústrias

TABELAS, GRÁFICOS E ANEXOS

Tabelas

Tabela 1 – Indicadores Sócio-econômicos.....	pág. 13
Tabela 2 – Variáveis Macroeconômicas	pág. 18
Tabela 3 – Peso do Setor Privado na Produção por Setor Econômico.....	pág. 28
Tabela 4 – Exportação do Brasil e da China para o mundo.....	pág. 30
Tabela 5 – Intercâmbio Comercial Brasil-China.....	pág. 35
Tabela 6 – Países com o Maior Número de Medidas Antidumping.....	pág. 51
Tabela 7 – Relação de Produto que mais Recebem Medidas Antidumping.....	pág. 52
Tabela 8 – Países que Mais Recebem Medidas Antidumping do Brasil.....	pág. 53
Tabela 9 - Transferência de produção para a China parte I.....	pág. 61
Tabela 9 - Transferência de produção para a China parte II.....	pág. 62

Gráficos

Gráfico 1 – Exportações do Brasil para a China.....	pág. 32
Gráfico 2 – Exportações do Brasil para o Mundo.....	pág. 33
Gráfico 3 – Produtos Chineses Exportados para o Brasil.....	pág. 37
Gráfico 4 – Produtos Chineses Exportados para o Mundo.....	pág. 38
Gráfico 5 – Indústrias Brasileiras e a Concorrência com os Produtos Chineses no Mercado Doméstico parte I.....	pág. 41
Gráfico 6 – Indústrias Brasileiras e a Concorrência com os Produtos Chineses no Mercado Doméstico parte II.....	pág. 42
Gráfico 7 – Participação das Vendas no Mercado Doméstico, em função da Concorrência com Produtos Chineses parte I.....	pág. 43
Gráfico 8 – Participação das Vendas no Mercado Doméstico, em função da Concorrência com Produtos Chineses parte II.....	pág. 43

Gráfico 9 – Indústrias Brasileiras e a Concorrência com os Produtos Chineses no Mercado Internacional parte I.....	pág. 44
Gráfico10 – Indústrias Brasileiras e a Concorrência com os Produtos Chineses no Mercado Internacional parte II.....	pág. 45
Gráfico11 – Comportamento das Exportações para as Empresas que Competem com Produtos Chineses parte I.....	pág. 46
Gráfico12 – Comportamento das Exportações para as Empresas que Competem com Produtos Chineses parte II.....	pág. 46
Gráfico13 – Perfil das Empresas Brasileiras mais Afetadas pela Concorrência Chinesa.....	pág. 47
Gráfico14 – Comportamento das Exportações para Empresas que Competem com Produtos Chineses.....	pág. 48
Gráfico15– Estratégia para Enfrentar a Concorrência com os Produtos Chineses parte I	pág. 57
Gráfico 16– Estratégia Para Enfrentar A Concorrência Com Os Produtos Chineses parte II	pág. 58
 Anexos	
Anexo I – Países que mais Importam do Brasil.....	pág. 75
Anexo II – Relação Comercial Brasil-China.....	pág. 76
Anexo III – Produtos que o Brasil Exporta para o Mundo.....	pág. 77
Anexo IV– Produtos que a China Exporta para o Mundo.....	pág. 78
Anexo VI – Produtos que a China Exporta para o Brasil.....	pág. 79
Anexo VII - Produtos que o Brasil Exporta para a China.....	pág. 80
Anexo VIII – Medidas Antidumping Impostas pelo Brasil a China.....	pág. 81
Anexo IX – Medidas Antidumping Impostas pelo Brasil aos EUA.....	pág. 82

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I - TRAJETÓRIA ECONÔMICA BRASIL CHINA.	13
I.1 - SEMELHANÇAS CHINA BRASIL	13
I.2 - DIFERENÇAS CHINA BRASIL	15
I.3 - BRASIL E CHINA: TRAJETÓRIA MACROECONÔMICA NOS ANOS 90.....	17
CAPÍTULO II - BRASIL E SUA RELAÇÃO COM A CHINA.	29
II.1 - INSERÇÃO DA CHINA E DO BRASIL NO COMÉRCIO MUNDIAL	29
II.2 - RELAÇÃO COMERCIAL CHINA BRASIL	29
II.2.1 - <i>Exportação</i>	30
II.2.2 - <i>Importação</i>	34
II.3 - CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DO COMÉRCIO BILATERAL BRASIL CHINA	38
II.3.1 - <i>Os Impactos no Brasil</i>	40
CAPÍTULO III - ESTRATÉGIA ADOTADA PELAS EMPRESAS BRASILEIRAS PARA COMPETIR COM OS PRODUTOS CHINESES.....	50
III.1 - ESTRATÉGIAS USADAS PELAS EMPRESAS BRASILEIRAS - MEDIDAS ANTIDUMPING	50
III.2 - ESTRATÉGIAS USADAS PELAS EMPRESAS BRASILEIRAS - INVESTIMENTO EM CAPACITAÇÃO.....	57
III.3 - ESTRATÉGIAS USADAS PELAS EMPRESAS BRASILEIRAS - INVESTIMENTO EM PARCERIAS	59
CONCLUSÃO	70
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	72

INTRODUÇÃO

Desde final dos anos 80, quando todo o mundo passava por um momento de crise econômica, a China começava a mudar a sua relação com o mundo. As trajetórias econômicas de dois países Brasil e China se transformavam nesse período, adotando sentidos diferentes. O Brasil que, de 1930 a 1980, foi um dos países que apresentou maior crescimento econômico do mundo, em média de 6,5% ao ano, surpreendeu o mundo com sua estagnação no período de 1980 a 2006, o crescimento do PIB correspondeu a apenas 2,5% ao ano. Em contrapartida, a República Popular da China, após 150 anos de estagnação, apresentou um crescimento médio anual de 5% entre 1949 e 1980, e 10% no período de 1980-2006. Ao longo do período de 1980 a 2006, o crescimento do PIB brasileiro foi de 75% enquanto o crescimento do PIB chinês foi de 1.100%.¹

Esse trabalho objetiva analisar as relações comerciais entre Brasil e China e seus impactos para as empresas brasileiras no período de 1995-2005. Através de uma breve análise da história socioeconômica desses dois países, das relações comerciais e das relações de investimentos, objetiva-se entender como as indústrias brasileiras estão sendo afetadas e como estão reagindo ao crescimento chinês e a invasão de seus produtos no Brasil e no mundo.

O primeiro capítulo fará uma abordagem das diferenças e semelhanças entre os dois países, assim como apontará, através de índices macroeconômicos, os contrastes existentes entre os modelos de desenvolvimento e de inserção externa do Brasil e da China.

Depois de compreender as decisões que levaram os dois países a tal patamar de crescimento e desenvolvimento, será analisada, no segundo capítulo deste trabalho de monografia, a relação comercial que foi construída entre Brasil e China desde 1990 até 2005, demonstrando o crescimento de seu comércio bilateral.

É importante ressaltar que a relação comercial Brasil-China causou sérias consequências, positivas e negativas, principalmente para o Brasil. Essas consequências foram negativas ao afetarem a indústria brasileira e suas exportações, mas foram positivas quando geraram novos investimentos no país e parcerias com produtores chineses.

¹ DE SOUZA, 2008.

No terceiro capítulo é apresentada uma pesquisa que informa como as empresas brasileiras reagiram à força do crescimento chinês, descrevendo as estratégias utilizadas: Medidas Antidumping, Investimento em Capacitação e Investimento em Parcerias.

Esse estudo viabilizará a formação da conclusão do trabalho que visa demonstrar através dos caminhos escolhidos pelos países qual o futuro comercial entre eles.

CAPÍTULO I – TRAJETÓRIAS ECONÔMICAS BRASIL E CHINA

Este capítulo visa apresentar as diferenças e semelhanças entre a China e o Brasil, através de comparações sociais e econômicas. Com um estudo baseado nas decisões de ambos, consegue-se entender por que dois países, tão semelhantes em aspectos sociais, tiveram desfechos tão diferentes.

I.1 – SEMELHANÇAS CHINA BRASIL

A República Popular da China é o terceiro maior país do mundo em área geográfica e o mais populoso do planeta, com uma população de mais de 1,30 bilhão de habitantes. O Brasil é o quinto maior país e possui a quinta maior população, com 186 milhões de habitantes.² Ambos os países são bem marcados pelo crescimento populacional desordenado, sem infra-estrutura ou planejamento, o que reflete diretamente nas taxas de mortalidade infantil, taxa de desemprego, nível de pobreza e na taxa de alfabetização.

Tabela 1 - Indicadores Sócio-Econômicos

2005	Brasil	China
Taxa de Crescimento da População	1,06%	0,58%
Taxa de Mortalidade Infantil/1.000	29,61	24,18
Expectativa de Vida (anos)	71,69	72,27
Taxa de Alfabetização	86,60%	86,50%
Taxa de Desemprego	11,50%	9,80%
População abaixo do nível de Pobreza	22%	10%

Fonte: Site www.indexmundi.com, 03 de novembro de 2008.

Pode-se observar, a partir dos dados fornecidos pela tabela acima, que ambos os países possuem alguns indicadores sócio-econômicos em níveis semelhantes. Os dois países são considerados economias subdesenvolvidas. O crescimento da população pode ser visto como algo positivo quando analisa-se o futuro da nação. A maior quantidade de jovens qualificados (jovens que tiveram acesso à educação de qualidade) forma um mercado de trabalhadores. Possivelmente, esses jovens trabalharão em grandes empresas e gerarão renda para o país,

² Dado retirado do site: Dados retirados do site: www.indexmundi.com

auxiliando no crescimento do mesmo. Um grande problema enfrentado em países com economia desenvolvida são os baixos valores da PEA – População Economicamente Ativa, sem ela, não há geração de renda e o governo começa a ter problemas para suprir aposentadorias e sistemas básicos de saúde e educação. Por outro lado, quando o crescimento populacional não é acompanhado de infra-estrutura: escolas, hospitais, ruas, sistema de saneamento básico, geração de empregos; o número de crianças que nasce se torna um problema. Essas crianças vão virar mão-de-obra sem qualificação e possivelmente sem emprego, aumentando problemas como pobreza e violência. No caso da China especificamente, a situação é um pouco pior, por ser o país mais populoso do mundo, o governo precisou criar campanhas que incentivem os casais a terem apenas um filho.³ Como pode ser observado na tabela, as medidas do governo estão surtindo efeito, apesar da China ainda apresentar um crescimento positivo, ele está inferior a 1%.

Outro fator importante que contribui para o aumento da desigualdade social e da violência é a disparidade entre as zonas urbanas e rurais. Ambos os países tiveram seus desenvolvimentos em ilhas. As áreas urbanas desses países podem ser vistas como grandes centros industriais e comerciais, enquanto as zonas rurais possuem técnicas agrícolas muitas vezes precárias e sem perspectiva de investimento em novas tecnologias. O governo chinês, por sua vez, não tem ajudado a resolver os problemas sanitários das áreas rurais: como a falta de água, luz e tratamento de esgoto. Na China, a origem do problema é um pouco diferente da origem do problema no Brasil. No Brasil, à medida que as indústrias foram surgindo, os trabalhadores do campo começaram a buscar empregos nas cidades que estavam em crescimento. Dessa forma, a área rural se tornou muito obsoleta em relação a área urbana, resultando num aumento do exôdo rural.

Por outro lado, na China o problema da diferença de renda entre as áreas rurais e urbanas ocorreu porque durante longos períodos, as terras rurais não pertenciam à população, a produção era bem do Estado, apenas uma parte dela era destinada à subsistência dos camponeses. Essas áreas eram chamadas de Comunas, pois eram áreas comuns a todos, não havia donos privados para as terras, como ocorria no Brasil. Assim, não havia geração de renda para a população rural e, como foi dito antes, o governo não fez os investimentos

³ Informação retirada do site da revista Veja-Online: http://veja.abril.com.br/idade/exclusivo/090806/p_182.html.

necessários para desenvolver essas áreas. Dessa forma, nessas áreas estão concentradas a parte mais pobre da população que ainda enfrenta a falta de hospitais, escolas e sistema sanitário.⁴

A realidade desses dois países poderia ser muito diferente, uma vez que seus PIBs permitiriam melhores condições de vida para a população como um todo. O PIB do Brasil, em 2005, correspondia a US\$ 1,49 bilhão e o da China US\$ 7,26 bilhões, isso corresponde a uma renda de US\$ 8.100 anuais per capita, no caso do Brasil, e US\$ 5.600 per capita anuais, no caso da China ⁵. Entretanto, esses países apresentam um elevado índice de concentração de renda.⁶ Em 2005, no Brasil 22% da população estava abaixo do nível de pobreza e, na China, esse número é menor, porém ainda significativo, 10% da população⁷.

I.2 – DIFERENÇAS CHINA BRASIL

Apesar de grandes semelhanças sociais, a China e o Brasil apresentaram diferentes formas de desenvolvimento, cujos resultados podem ser observados nos dias atuais.

A China, liderada por um partido comunista, durante um longo período, manteve-se isolada. Somente com a entrada de Deng Xiao Ping no poder em 1976, a China começou a nascer para o mundo.

Devido à sua enorme população, ao crescimento vertiginoso de sua economia, aos seus investimentos em pesquisa e desenvolvimento, aos seus gastos militares e a sua condição de Estado declaradamente detentor de armas nucleares, a China costuma ser considerada uma superpotência emergente. O país é a quarta maior economia do mundo (ou a segunda maior, pelo critério de paridade de poder de compra)⁸ e é membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Desde 1978, o país implementou reformas para adotar, em

⁴ DE SOUZA, 2008.

⁵ Dados retirados do site: www.indexmundi.com

⁶ Dados retirados do site: www.indexmundi.com.

⁷ Dados retirados do site: www.indexmundi.com.

⁸ DE SOUZA, 2008.

alguma medida, uma economia de mercado, o que ajudou a tirar 400 milhões de pessoas da pobreza. Entretanto, o país enfrenta outros problemas econômicos, inclusive o rápido envelhecimento da população e uma crescente disparidade entre a renda urbana e a rural⁹.

Além disso, a China desempenha um papel importante no comércio internacional, é o terceiro maior importador do mundo e o segundo maior exportador, em termos globais.¹⁰ Suas exportações em 2005 corresponderam a US\$ 762 milhões, 7,3% das exportações do mundo e as importações a US\$ 658 milhões, 6,1 % das importações do mundo.¹¹ Esses dados serão melhores explicados no segundo capítulo deste trabalho. É importante ressaltar que este país é o maior consumidor mundial de aço e concreto (usa, respectivamente, um terço de aço e mais da metade de concreto) e é o segundo maior importador de petróleo.

Diferentemente da China, a gestão da política econômica brasileira nunca implicou um isolamento em relação ao resto do mundo, em especial no que se refere à entrada de investimentos externos diretos.

O Brasil é a nona maior economia do mundo e a maior economia da América Latina, tendo influência internacional, seja em âmbito regional ou global.¹²

Em 2005, o Brasil tinha uma pequena participação nas exportações mundiais, correspondendo a 1,1%, o equivalente a US\$ 119 milhões. O país em 2005 importou o equivalente a US\$ 77 milhões, 0,7% das importações mundiais.¹³

Além das divergências econômicas e políticas, esses dois países têm uma importante diferença: a cultura. Os chineses possuem uma cultura voltada para valores do estado, valores coletivos. Os projetos e medidas que realmente importam são os que afetam o maior número de pessoas, mesmo que algumas sejam prejudicadas. O sentimento, aqui descrito como coletivo, enfatiza a não preocupação com o individual. Um evento que ocorreu nas olimpíadas

⁹ DE SOUZA, 2008.

¹⁰ Dado retirado do site: Dados retirados do site: www.indexmundi.com

¹¹ Dados correspondentes ao ano de 2005, site <http://stats.unctad.org/Handbook/TableView/tableView.aspx>,

¹² Dado retirado do site: Dados retirados do site: www.indexmundi.com

¹³ Dados correspondentes ao ano de 2005, site <http://stats.unctad.org/Handbook/TableView/tableView.aspx>,

de Pequim em 2008 pode ser utilizado como exemplo. Para a construção de estádios e infraestrutura, foram chamados operários de outras áreas da China. Um pouco antes do mês de abertura os trabalhadores foram obrigados a deixar Pequim, mesmo sem ainda terem sido pagos, pois estariam enfeando a cidade.¹⁴ Esse pensamento coletivo provém do socialismo, adotado na China e ainda enraizado na maioria dos chineses. Por mais que a China hoje esteja aberta a investimentos estrangeiros, o povo continua demonstrando fortes traços do socialismo que pode ser visto no dia a dia.

No Brasil a cultura está ligada ao individualismo. O sistema capitalista estimula uma constante competição entre os indivíduos e muitas vezes isso leva atitudes ilícitas. O Brasil é um dos países com maior número de governantes corruptos¹⁵. A cultura influencia diretamente nas decisões econômicas e políticas.

I.3 – BRASIL E CHINA: TRAJETÓRIAS MACROECONÔMICAS NOS ANOS 90

Durante os anos noventa, as trajetórias macroeconômicas de Brasil e da China apresentaram comportamentos bastante divergentes. Se, por um lado, ambas as economias aumentaram o seu grau de vinculação à economia internacional, pode-se dizer que as políticas de inserção à globalização foram acionadas a partir de um conjunto de premissas e políticas diversas e, às vezes, até opostas.

O quadro abaixo procura sintetizar o desempenho das principais variáveis macroeconômicas. Os dados relativos ao Brasil apresentados no quadro abaixo refletem a crise brasileira vinculada à explosão de dívida externa após a elevação dos juros causada pela crise do petróleo no final da década de 1980 e aos planos não eficazes de combate a inflação do governo brasileiro. Por outro lado, demonstra a média de crescimento da expansão chinesa que dura até os dias atuais.

14 Artigo “Falha Olímpica”

15 Artigo “Índice da Percepção de Corrupção 2003”

Tabela 2 - Variáveis Macroeconômicas

Variáveis Macroeconômicas	Brasil	China
Crescimento do PIB per capita (média anual 1990-2005, em %).	1,30%	10,80%
Taxa de investimento média entre 1990-2005 (em % do PIB)	19,80%	34,50%
Taxa de crescimento das importações 1990-2005 (média anual, em %).	7,50%	19,40%
Taxa de crescimento das exportações 1990-2005(média anual, em%)	9,50%	18,40%

Fonte: Pnud, OMC, Banco Mundial e Unctad; Elaboração dos autores.

BRASIL

Durante o período de 1950 – 1980, o Brasil cresceu a uma taxa média de 7,4% ao ano¹⁶. Esse crescimento esteve associado a uma política de substituição de importações e promoções de exportação que ocorreram entre os anos de 1968-1973 (conhecido como “milagre econômico”). Esse modelo de industrialização é caracterizado por uma participação direta do Estado no suprimento da infra-estrutura econômica (energia e transporte) e em alguns setores considerados estratégicos (siderurgia, mineração e petroquímica); uma elevada proteção à indústria nacional, mediante tarifas e diversos tipos de barreiras não-tarifárias; e o fornecimento de crédito em condições favorecidas para a implantação de novos projetos. Assim, ao final dos anos 80, apesar dos entraves protecionistas à modernização, o Brasil tinha uma estrutura produtiva muito semelhante a dos países desenvolvidos.

Apesar do desenvolvimento, o modelo de industrialização adotado deixou algumas seqüelas para a economia, entre elas: uma estrutura de incentivos distorcida em alguns setores (como em alguns segmentos de bens de capital em que não se atingiu escala e praticamente não houve transferência de tecnologia, dessa forma, não seguiram o processo de modernização);

¹⁶ CASTRO, 2005

um certo viés anti-exportador (exceto nos segmentos em que a atividade exportadora foi estimulada, tais como o agronegócio); endividamento do Estado e desemprego (produtos intensivos em capital dispensavam mão-de-obra e usavam máquinas em seu lugar, aliado a isso, existia o fato dos produtos primários estarem em baixa no mercado internacional).¹⁷

A ocorrência do segundo choque do petróleo, em 1979, causou a elevação dos juros norte-americanos e rapidamente espalhou uma crise de liquidez externa e uma crise fiscal, com conseqüências diretas sobre o processo inflacionário. Por isso, no período de 1986 a 1991, a economia brasileira esteve totalmente voltada ao combate da inflação, por conseqüência a indústria deixou de receber incentivos e créditos, que contribuíram para a manutenção do atraso das indústrias brasileiras em relação ao resto do mundo.¹⁸

Em 1989 foi assinado o Consenso de Washington e o Plano Brady que listavam medidas liberais visando que os países de economias subdesenvolvidas conseguissem superar a crise da dívida externa atuando em duas faces. Segundo Souza (2008), *“(n)a primeira (fase) tratava-se de organizar políticas de ‘estabilização econômica’, sob o acompanhamento do FMI, na segunda, a ‘reforma estrutural’ sob a coordenação do Banco Mundial”* (pág. 23).

Dessa forma nos anos 90, o Brasil adotou medidas para a política de estabilização (primeira fase), dentre elas: política cambial - desvalorizou o câmbio, desindexou os salários – obrigando-os a baixar, pois não estavam mais vinculados a inflação, enquadrou o Banco Central para que não houvesse descontrole entre a oferta e a demanda de moeda e reduziu o investimento público. Para realizar a reforma estrutural (segunda fase) cujo objetivo era adequar a economia nacional às necessidades do comércio, dentre as principais medidas adotadas estavam: a abertura da economia para forçar o aumento da competitividade das atividades produtivas locais, a privatização das empresas estatais e reforma fiscal.¹⁹

Essa nova trajetória econômica seguia uma linha de disciplina fiscal, aliada à liberalização financeira e uma forte redução do papel do Estado. Foi criada também, nesse período, a

¹⁷ CASTRO, 2005

¹⁸ CASTRO, 2005

¹⁹ DE SOUZA, 2008.

Política Industrial e de Comércio Exterior (PICE) que redirecionou investimentos para o setor de pesquisa e desenvolvimento e iniciou o processo de privatização no país, assim como adotou medidas de liberalização comercial.²⁰

O plano de desestatização foi apoiado pelo contexto internacional pró-reformas, pela insatisfação do público perante a deterioração dos serviços prestados por algumas estatais e pela própria crise do Estado. O Estado objetivava melhorar o desempenho das indústrias, consolidá-lo e melhorar a qualidade dos serviços, reduzindo a dívida pública (usando os títulos como moeda de privatização). Segundo Castro (2005), o resultado desse plano se mostrou positivo com a melhora na prestação dos serviços e a redução da dívida de Estado, possibilitando a redução da inflação.

Dentre as medidas de Comércio Exterior, o governo flexibilizou o câmbio e intensificou o programa de liberalização da política de importação, que havia sido iniciada no final dos anos de 1980. Dessa forma, o governo extinguiu as listas de produtos com emissão de guias de importação suspensa e os regimes especiais de importação. Na prática, acabaram as formas mais importantes de controles quantitativos de importação, dando lugar a um controle tarifário, com alíquotas cadentes. Pré-anunciando as reduções graduais, o governo pretendia preparar os produtores nacionais para a transição para uma economia mais aberta.²¹

Entre os anos de 1990 e 1994, o crescimento médio do PIB foi de 1,3% ao ano, porém não manteve um comportamento estável, pelo contrário, as oscilações do setor agrícola e industrial resultaram em variações significativas no PIB durante esse período. Durante os três primeiros anos o PIB foi impulsionado para baixo, teve uma queda de 4,3%, devido a problemas políticos, *impeachment* do presidente Collor e a crise de liquidez que afetou profundamente o desempenho das indústrias. O produto industrial apresentou retração de 8,2%. Por outro lado, em 1992, o bom desempenho da agropecuária ajudou a segurar a queda do PIB. Nos anos que se seguiram a economia apresentou taxas expressivas de crescimento 4,9% em 1993 e 5,9% em 1994. Esse crescimento esteve associado à recuperação da indústria e ao bom resultado da agropecuária, que chegou a ser chamada de “âncora verde do real”,

²⁰ CASTRO, 2005

²¹ CASTRO, 2005.

pois o aumento da oferta no setor contribuiu para a queda da inflação. O crescimento e desenvolvimento do setor industrial desse período podem ser estimados em 15%, em relação à década anterior.²²

Em relação ao comportamento da balança comercial, nesse mesmo período, é importante considerar a recessão sofrida pela economia no início do período e sua posterior expansão e a intensificação da abertura comercial. Nos dois primeiros anos, houve uma forte retração nas exportações em relação aos patamares anteriores. Entretanto, nos três anos que se seguiram, as exportações, especialmente as de manufaturados – tiveram um comportamento significativamente expansivo. Assim, considerando 1990 como ano-base, as exportações de produtos básicos encontravam-se em 1994 num patamar 26,3% superior, enquanto as de manufaturados cresceram 46,8%.²³

As importações aumentaram continuamente (12,6% em média) ao longo de todo o período. No início, porém, é razoável crer que a própria abertura fosse um incentivo, sobretudo para a reposição de bens de capital, após anos sem investimentos significativos. A importância desse fator se tornou maior com o passar do tempo. A tarifa média de importação caiu de 32,2% para 14,2%, de 1990 até o final de 1992. Somado a isso, teve o efeito provocado sobre as compras externas pelo crescimento do produto (a partir de 1993). As importações cresceram, em 1994, para um patamar 60% superior ao vigente em 1990. As importações de bens de capital, cuja alíquota média sofreu um corte de 16,7 pontos percentuais, aumentaram em 91,4% no mesmo período, enquanto os gastos com a aquisição de automóveis importados passaram de US\$ 31 milhões, em 1990, para US\$ 1,6 bilhão em 1994.²⁴

Os fluxos de capital para o Brasil sofreram uma mudança significativa ao longo deste período. Os investimentos diretos, após atingirem um piso de apenas US\$ 87 milhões ao final de 1991, cresceram em 1994 para US\$ 1,5 bilhão. Já os investimentos líquidos em carteira também

²²CASTRO, 2005.

²³CASTRO, 2005.

²⁴CASTRO, 2005.

aumentaram, devido à maior credibilidade na economia brasileira e à elevada taxa de juros doméstica.²⁵

Os anos de 1995 – 1998 foi um período de expansão do comércio internacional, a economia mundial cresceu 4,3% a.a., porém o Brasil não apresentou um cenário positivo. O aumento constante das importações a taxa média de 21,8% a.a. e as exportações crescendo em apenas 6,8% a.a. causaram um desequilíbrio na balança comercial brasileira, que impactou diretamente o déficit em conta corrente do país e implicou o aumento da dívida externa que havia se reduzido nos últimos quatro anos. Esse cenário piorou ainda mais, em 1998, com a crise internacional que reduziu as exportações brasileiras.²⁶

Nesse curto período de tempo, o mundo enfrentou três grandes crises: em 1995, a crise do México – afetou fortemente os mercados emergentes que temiam que a inflação de seus países novamente fugisse do controle; em 1997 a crise dos países asiáticos, começando na Tailândia, Coreia do Sul e Malásia; em por último, em 1998, a crise que leva a Rússia a declarar moratória. Rapidamente todos os países do mundo deixam de investir em países como o Brasil e o governo se vê obrigado a elevar as taxas de juros numa tentativa desesperada de conter a saída de divisas e a inflação.²⁷

Em 1999, o Brasil assinou um acordo de ajuda com o Fundo Monetário Internacional (FMI) que permitisse o financiamento dos déficits em conta corrente que resultou na fuga de capitais, gerando um temor pela desvalorização do real (moeda brasileira). A assinatura deste acordo, mais a elevação da taxa de juros (que buscava diminuir a fuga de capitais de país, pois temia-se a volta da inflação) somada à medida do governo de adotar o câmbio flutuante e o plano de metas de inflação, possibilitaram um processo de retomada do crescimento nesse período, que só foi interrompido com a crise de 2001. Em 1999, a economia completou o ano crescendo 3,3% no quarto trimestre em relação ao mesmo período de 1998. Em 2000, a economia cresceu mais de 4% e a inflação seguiu uma trajetória descendente. Em 2001, a economia foi prejudicada por uma combinação de eventos, incluindo a crise de energia, o

²⁵ GIAMBIAGI, 2005.

²⁶ GIAMBIAGI, 2005.

²⁷ GIAMBIAGI, 2005.

“contágio argentino” – que reduziu a entrada de capitais – e os atentados terroristas de 11 de setembro, que abalaram fortemente o mercado mundial. Nesse contexto, o risco-país voltou a aumentar, implicando uma menor disponibilidade de capitais para o país e afetando os juros domésticos, comprometendo o desempenho da economia.²⁸

O processo de industrialização e abertura comercial do Brasil tiveram diferentes fases e algumas mudanças de diretrizes, porém, durante todo o processo, até os dias de hoje, ele sempre esteve atrelado ao sistema capitalista. O resultado dessas medidas é um país com relativo desenvolvimento industrial, porém com muitos gargalos que impediam, e impedem até hoje, um crescimento do PIB maior que 5%.²⁹

CHINA

Apesar da China ter construído o seu desenvolvimento no mesmo ambiente mundial de liberalização econômica, o Consenso de Washington, seu resultado foi inverso do alcançado no Brasil. Para entender o que levou a China obter resultados tão distintos, é preciso compreender alguns aspectos da estratégia em que se baseou a experiência chinesa.

De acordo com Joshua Ramos³⁰, as três principais características que explicam o sucesso chinês são: (a) os investimentos em alta tecnologia, inovação e educação; (b) o crescimento econômico acompanhado de medidas que garantiam maior equidade e sustentabilidade; e (c) um ambiente de mobilização nacional, denominado por ele de autodeterminação. Tais estratégias foram chamadas por ele de “Consenso de Pequim”, e se inserem num projeto nacional de reerguimento da China, cujo marco foi a vitoriosa Revolução em 1949 com entrada de Mao Tsé Tung no poder.

No ano da Revolução foi criado de um poderoso setor de bens de produção, assim como foi adotado pelo governo um modelo de planejamento centralizado – os Planos Quinquenais. Dentre eles, de 1958 a 1960, a política denominada “O Grande Salto para Frente”, visava acelerar o desenvolvimento econômico (elevando a moral socialista do povo), descentralizar a

²⁸ GIAMBIAGI, 2005.

²⁹ GIAMBIAGI, 2005.

³⁰ RAMOS, 2004.

produção de insumos buscando uma China auto-suficiente. A política do Grande Salto não foi eficaz e a estratégia de centralização voltou a vigorar.³¹

Quatro anos após o fracasso do “Grande Salto para Frente”, em 1964, a China mostrou ao mundo que já dominava a tecnologia nuclear, detonando uma bomba de hidrogênio. Esse episódio proporcionou ao país o título de potência militar junto aos EUA, URSS, Inglaterra e França. Nos anos que se seguiram, foram implementadas medidas na chamada de Revolução Cultural, dentre elas a tentativa de romper com os valores tradicionais do país, construir uma sociedade igualitária, superar a dicotomia entre a cidade e o campo e liquidar com os resquícios burgueses da sociedade. Entretanto, essas medidas também não foram socialmente ou economicamente satisfatórias. Até que, em 1969, a Revolução Cultural foi encerrada e muitos políticos que haviam sido exilados puderam regressar ao país, dentre eles Deng Xiaoping. O status do poderio militar somado ao fim da Revolução Cultural colocou a China em destaque no cenário mundial, todo o mundo já percebia que a grande China estava despertando para o capitalismo.

A partir de 1970, em meio ao conflito militar no Sudeste Asiático (Vietnã, Camboja, Laos e Birmânia), o governo chinês iniciou uma drástica mudança em suas relações internacionais. A China sinalizou uma aproximação inusitada com o presidente republicano e anticomunista Richard Nixon. Essa aproximação pode ser explicada devido ao temor chinês de novos conflitos com a URSS ao longo a extensa fronteira que separa a China da Sibéria e também do aumento da influência soviética na região.

Após essa virada política, o governo chinês iniciou um processo de maior integração com a economia mundial, visando à modernização das estruturas econômicas do país, e, conseqüentemente, de sua capacidade de defesa. Entre 1972 e 1978, o intercâmbio comercial chinês avançou 348%³². Além disso, foi implementado um plano que previa a transferência de tecnologia por meio da compra de plantas industriais, como nos casos da Nippon Steel para a produção de aço e da Rolls Royce, para a fabricação de turbina de jatos (SPENCE, 1996:

³¹ De Souza, 2008.

³² DE SOUZA, 2008.

pag.599, 600). “A contradição fundamental a ser superada deixou de ser a “luta de classes”, passando a ser o “atraso x o desenvolvimento”.

De 1978 até outubro de 1984, a prioridade da política governamental foi de reestruturar a propriedade no campo, abandonando as comunas criadas no período do “Grande Salto para Frente”. Essa política foi denominada de “Contrato de Responsabilidades pela produção com base familiar”. No lugar do antigo sistema, em que toda a produção era controlada pelo Estado, foi implantado um sistema misto, onde as famílias deveriam produzir e vender uma parte para o Estado a preços pré estabelecidos e a parte excedente poderia ser comercializada no mercado. Garantia-se, dessa forma, o abastecimento da população urbana, a renda mínima dos agricultores e, ainda, estimulava-se a diversificação e o aumento da produção agrícola. Não obstante foram criadas as primeiras Zonas Econômicas Especiais no sul da China. Essas zonas foram as primeiras a receber os investimentos privados estrangeiros, provindos de Hong Kong e Taiwan. A princípio eram apenas plataformas de exportação, que utilizavam de mão-de-obra barata, abundante e disciplinada.

Ao final de 1984, o Partido Comunista Chinês (PCCh) propôs a implantação de um sistema misto, onde coexistiriam o planejamento central e o mercado. Teve início a liberalização dos preços, a descentralização do comércio exterior e o aumento da autonomia das empresas. O objetivo era uma planificação flexível e indicativa que garantisse o equilíbrio do conjunto, utilizando meios de regulação macroeconômicos (crédito, política fiscal). Em 1987, o Congresso do Partido invocou um novo conceito, “o estado inicial do socialismo”, para justificar aquilo que fora da China muitos passaram a chamar de “retorno ao capitalismo”. Nesta fase, a reestruturação econômica foi marcada pela mudança de foco da reforma, que deixou de privilegiar o campo e se voltou para as cidades. Neste aspecto merece destaque a reestruturação das empresas estatais, que gradativamente passaram a adotar técnicas de gestão ocidentais e a se pautar por eficiência e lucratividade. Finalmente, essas reformas buscavam dar mais autonomia para as empresas e também reforçar os níveis locais de poder, que passaram a estruturar suas próprias empresas e também a negociar a atração de empresas estrangeiras.

Após dez anos de liberalização a economia progrediu, mas de forma mal controlada. Os antigos métodos de planificação, de inspiração soviética, estavam sendo abandonados sem

que os instrumentos necessários para a regulação de uma economia de mercado fossem complementados e efetivamente implantados.³³ Esse sistema duplo, se por um lado permitiu à China fazer a transição sem um choque de liberalização como ocorreu na URSS, criou uma zona de sombra entre os dois circuitos (estatal e o mercado), onde problemas de tráfico de influência e especulação se ampliaram, contribuindo para a crise maio/junho de 1989. Para solucionar a crise, o governo desacelerou temporariamente o ritmo das reformas, adotando um discurso mais ideológico e uma postura política mais severa. O fim da URSS em 1991 pesou a balança para o lado das reformas liberais que se apoiavam cada vez mais no progresso econômico, mas sempre de forma controlada pelo Partido Comunista Chinês.

No ano que se seguiu ao fim da URSS, o governo chinês começou um novo surto de reformas, cujo objetivo era o alcance de uma “economia socialista de mercado”, a formação de preços por mecanismos que mercado (oferta e demanda) se acelerou. Foram lançadas as reformas das empresas do Estado e foram criadas novas formas de propriedade de empresa. O controle das empresas foi passado para gerentes e trabalhadores. Em alguns casos as empresas foram transformadas em sociedade por ações e outras se tornaram empresas privadas. Esse processo ficou conhecido como “reter as grandes e soltar as pequenas”. E não implicou num esvaziamento do setor público, que continuou a realizar as atividades de maior relevância e a controlar as outras atividades, agora fora da sua esfera de atuação.³⁴

O Estado manteve 10.000 empresas grandes e médias, assegurando ao mesmo tempo sua reestruturação corporativa como sociedade por ações. As empresas que foram retidas eram as consideradas estratégicas pelo governo, como as da área de defesa, energia, telecomunicações e transporte³⁵. Em 1994, foi realizada uma reforma institucional que estruturou simultaneamente o sistema bancário, o sistema fiscal e o regime de câmbio.

Para conseguir financiar o processo de modernização no país. O governo chinês adotou medidas para atrair o capital estrangeiro. Nesse sentido, o principal mecanismo de atração de empresas foi o estabelecimento de *joint-ventures* em que a parte externa tinha que se aliar

³³ DE SOUZA, 2008.

³⁴ DE SOUZA, 2008.

³⁵ Para uma descrição desse processo, ver: SANTILLÁN, 2005.

com a empresa pública de forma a garantir às corporações multinacionais tanto acesso ao mercado local, como privilégios para o estabelecimento de plataformas de exportação³⁶.

Dado o período de crise na década de 80, as empresas estrangeiras procuravam restabelecer a sua lucratividade através de ações que reduzissem os custos de produção, por meio, por exemplo, da redução dos salários, ou pela produção em larga escala. Desse processo, em suas grandes manifestações internacionais, é preciso destacar a ação das grandes empresas capitalistas em liquidar ou, pelo menos, reduzir o poder de barganha dos trabalhadores visando obter uma recomposição das taxas de lucro. Além disso, com o acirramento da concorrência oligopolística e com o excesso de liquidez de capitais, a busca de novos mercados tornou-se um imperativo para o capital. Nesse contexto, tratou de englobar ao mercado mundial vastas regiões do continente asiático e as antigas economias do Bloco Socialista.³⁷

A China soube aproveitar a oportunidade que o novo cenário mundial criou, oferecendo a possibilidade de investimentos em seu território, uma vez que pusera a disposição mão-de-obra barata, sem direitos trabalhistas que a protegessem, além de incentivos do governo e infra-estrutura voltada para a exportação, como as zonas econômicas especiais.

A entrada da China na OMC em 2001 abriu ainda mais o país à concorrência internacional e, de certo modo, constitui-se num instrumento de pressão para os dirigentes chineses acelerarem as reformas.

As políticas adotadas para a modernização e abertura do país apresentaram resultados expressivos. O PIB chinês saltou de aproximadamente 451 bilhões de Yuan em 1980, para aproximadamente 10.400 bilhões em 2002.³⁸ Além disso, pode-se perceber a maior participação da iniciativa privada em alguns setores da economia, como mostra a tabela abaixo.

³⁶ Ver: DE KEIJZER, 2005.

³⁷ No caso da América Latina, a estratégia seria de liquidar as estruturas industriais nacionais, particularmente o setor produtivo estatal, e absorvê-lo por meio de privatizações, aquisições e fusões.

³⁸ DE SOUZA, 2008.

**Tabela 3 - Peso do Setor Privado na Produção
por Setor Econômico (em %)**

Setor	1998	2002
Agricultura	96	96
Indústria	48	61
Construção Civil	49	76
Serviços	26	56
PIB TOTAL	50	68

Fonte: Elaboração própria, dados retirados do livro: De Souza, Luiz Eduardo Simões e Pires (2008)

O que sobressai ao se contrapor as duas economias é o ritmo de expansão. A diferença essencial entre os dois países parece residir no nexo entre exportações e investimentos, que permitiu ampliar a capacidade produtiva na China, enquanto no Brasil a volatilidade cambial trouxe alterações bruscas nas taxas de crescimento e investimento, recorrendo a políticas monetárias rígidas, o que limitava os investimentos no setor industrial, de pesquisa e desenvolvimento, energia, transporte e outros considerados essenciais.

Essas diferenças de decisões políticas implicaram uma diferente evolução da inserção de cada um dos países no comércio mundial. A China, por exemplo, teve, a partir das medidas adotadas, um desenvolvimento da indústria que incentivou o crescimento da relação comercial com o mundo, assim como, com o Brasil.

CAPÍTULO II: BRASIL E SUA RELAÇÃO COM A CHINA

Neste capítulo aborda-se as relações comerciais entre o Brasil e a China, mostrando as mudanças que ocorreram no comércio entre esses dois países, bem como a sua inserção no comércio internacional.

II.1 INSERÇÃO DA CHINA E DO BRASIL NO COMÉRCIO MUNDIAL

As relações comerciais entre a China e o resto do mundo sempre foram feitas de forma muito restrita. Esse cenário foi sendo modificado após anos de reforma. Conforme a pesquisa feita por Carlos Tavares, publicada na revista Visão da China (2007), após quase 30 anos do início do processo de abertura, a China encontra-se às portas de liderar a economia mundial, seu foco está explicitamente voltado para o mercado exterior.

Em seu artigo, Carlos Tavares fala que a China objetiva atrair investimentos para dentro do país. Com esse propósito, tem adotado um conjunto de medidas que visam, através da isenção fiscal, aumentar a produção e a exportação de produtos chineses por empresas estrangeiras. Para as empresas multinacionais é um acordo interessante, pois, além de receberem incentivos fiscais, o país ainda oferece matéria-prima e mão-de-obra em abundância a preços muito inferiores em relação aos do resto do mundo. Esses benefícios diminuem os custos da produção fazendo com que os produtos possam ser comercializados a preços baixos.

Outra importante preocupação que a China teve foi a de estruturar sua cadeia logística, cuidando de forma especial de seus portos, que, atualmente, são mais de mil, entre marítimos e fluviais. Em relação a esses investimentos no setor portuário, o governo brasileiro tem muito que aprender com os chineses. Pois, enquanto os empresários no Brasil despendem grande quantia financeira

para exportar, o governo chinês oferece vantagens que permitem a redução dos custos da exportação.³⁹

Essas ações do governo chinês possibilitaram um crescimento significativo das exportações chinesas no período 1995 a 2005, de US\$149 milhões para US\$ 762 milhões. Assim, a China que possuía apenas 1,9% das exportações do mundo em 1995 passou a representar 7,3% em 2005, como mostra a tabela 4.

Nesse mesmo período, as medidas adotadas pelo Brasil eram de caráter neoliberal, enfatizavam a estabilidade da economia. A liberalização da economia não implicou, por sua vez, aumento da participação do Brasil nas exportações mundiais: de 0,9% em 1995, passou para 1,1% em 2005. As exportações brasileiras em 1995 correspondiam a US\$ 46 milhões e em 2005 a US\$ 118 milhões, vide tabela 4.

Tabela 4 - Exportações do Brasil e da China para o mundo (Valores em US\$ milhões e %)

ANO	Brasil		China	
	U\$ Milhões	%	U\$ Milhões	%
1995	46.506,30	0,9	148.780,00	1,88
2000	55.085,60	0,85	249.203,00	3,86
2005	118.529,00	1,13	761.953,00	7,27

Fonte: Elaboração própria com dados de Exportação do site do Unctad de 12 de outubro de 2008.

II.2 A RELAÇÃO COMERCIAL CHINA BRASIL

II.2.1 EXPORTAÇÃO

A relação comercial Brasil-China tem se intensificado muito desde o início da década de 1990. Tal crescimento continua ocorrendo ininterruptamente e de forma intensa, evidenciando a importância e as possibilidades futuras de

³⁹ OLIVEIRA, 2007.

expansão do intercâmbio comercial entre brasileiros e chineses. Como pode ser observado no Anexo I, em 2001, a China era o quinto maior parceiro comercial do Brasil. A China saltou para a terceira posição no final de 2002, descendo para quarta posição em 2003. E nos anos de 2004 e de 2005, a China se manteve na quarta posição.

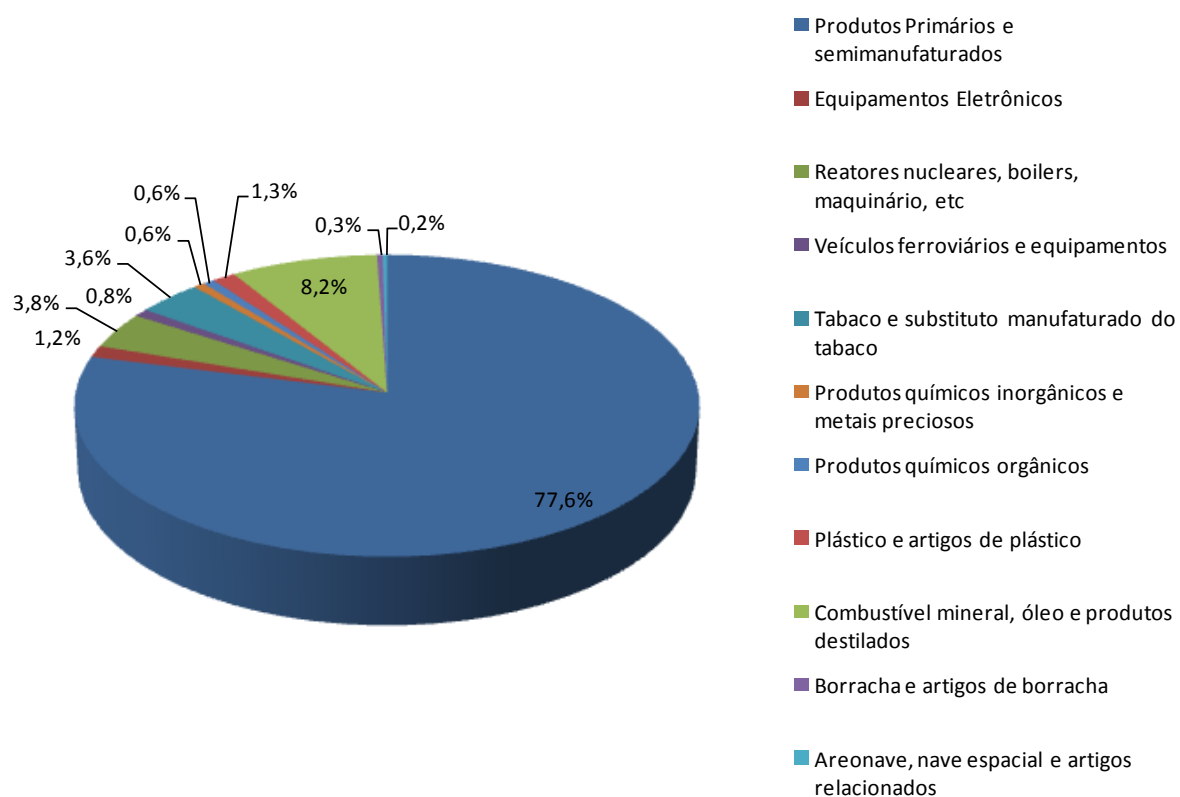
Embora o comércio bilateral entre o Brasil e a China possa ser considerado bem-sucedido devido ao seu vertiginoso crescimento de 2001 para cá, representando valores expressivos, ele ainda pode ser ampliado consideravelmente.⁴⁰

Em 2005 o Brasil exportou para a China US\$ 6,8 milhões em produtos.⁴¹ Pode ser observado no Gráfico I que 77,6% das exportações do Brasil para a China foram de produtos primários e semimanufaturados, como minérios, grãos de soja, óleo bruto de petróleo, couro, peles, madeira, entre outros produtos, vide Anexo II. Os Gráficos I e II também ilustram a diferença entre a pauta de exportação do Brasil para China em relação à pauta do Brasil para o mundo.

⁴⁰ PORTARI, 2003.

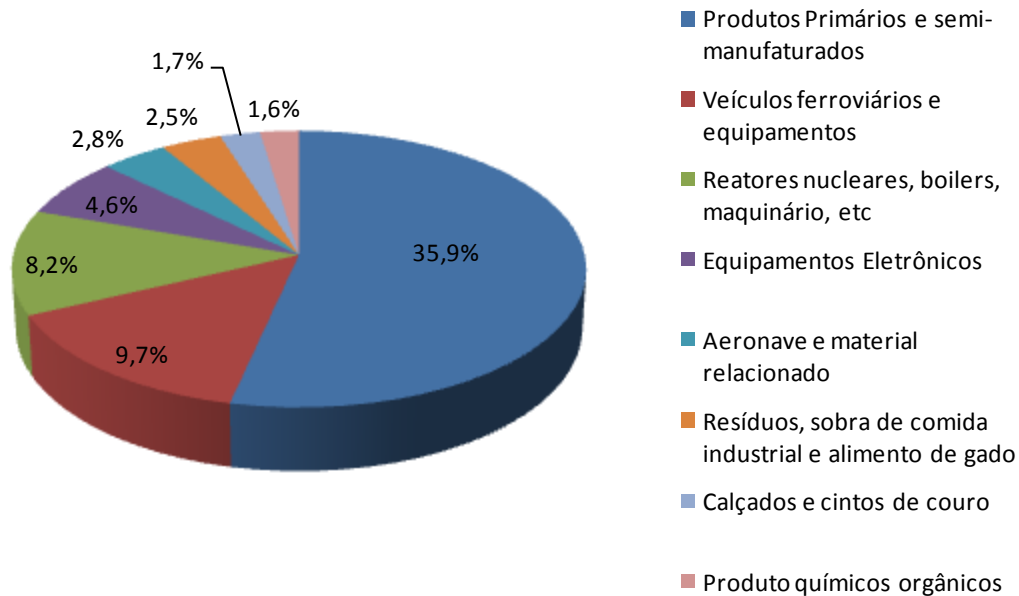
⁴¹ Vide Anexo II – Relação Comercial Brasil China.

Gráfico 1 - Exportação do Brasil para China



Fonte: Elaboração própria baseado no site: www.trademap.org/Bilateral_TS.aspx em 18 de fevereiro de 2009.

Gráfico 2 - Exportações do Brasil para o Mundo



Fonte: Elaboração própria baseado no site: www.trademap.org/Bilateral_TS.aspx em 18 de fevereiro de 2009.

Para a China, o Brasil exportou apenas 9,8 % de produtos industrializados, dentre eles reatores nucleares, equipamentos eletrônicos, veículos ferroviários e produtos químicos e 0,2% referentes a produtos de tecnologia de ponta, como aeronaves e materiais relacionados.

Ao comparar as pautas de exportação Brasil-China e Brasil-Mundo pode-se perceber que, dentre as exportações do Brasil para o mundo apenas 36% corresponderam a produtos primários ou semimanufaturados, sendo expressivas as exportações de produtos manufaturados como: veículos ferroviários, reatores nucleares, calçados, produtos químicos e até 2,8% para na exportação de tecnologia de ponta como aeronaves e materiais relacionados, conforme apresentado no Anexo III.⁴²

Paul Liu no Seminário Brasil e China (2007) declarou que o Brasil exporta para China uma variedade muito pequena de produtos, ainda mais quando comparadas as exportações do Brasil para os EUA e União Européia,

⁴² Os gráficos foram feitos a partir de dados do site: http://www.trademap.org/Bilateral_TS.aspx em 18 de fevereiro de 2009.

mercados para os quais o país exporta produtos com tecnologia de ponta e produtos manufaturados.⁴³

O Presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, junto a Câmara de Comércio Brasil-China, tem visitado a China visando fazer acordos que possibilitem uma maior variedade de comércio entre esses países. A sua última visita ocorreu em maio de 2008.⁴⁴

Entretanto, sabe-se que o Brasil enfrenta fortes barreiras em suas vendas para a China, principalmente medidas de proteção, como medidas administrativas criadas pelo governo chinês para manter o controle. Essas barreiras podem ser a explicação para limitação quanto à variedade de produtos exportados para a China.

Paul Liu, representante de empresários e das prefeituras de Tianjin e Qingdao, presidente honorário da Associação dos Empresários Chineses de Guangzhou e presidente da CBCDE - Câmara Brasil-China de Desenvolvimento Econômico – questiona essa explicação. Paul Liu alega que a razão para o Brasil não exportar uma maior variedade de produtos para China está ligada apenas ao seu custo de produção, transporte e venda – em outras palavras ao “custo Brasil”. Custo Brasil são todos os custos provenientes de alta carga tributária, estradas esburacadas, portos e aeroportos com elevado custo de utilização, dificuldades de logística, problemas com a legislação trabalhista e etc. Todos esses fatores estrangulam capacidade do Brasil de produzir mais e ser mais competitivo internacionalmente.

II.2.2 IMPORTAÇÃO

A Tabela 5 mostra que, desde o início dos anos noventa até 2004, com o intervalo de 1996 até 2000, o Brasil possuiu superávit da balança comercial em relação ao comércio bilateral com a China. Tal situação fez com que os chineses protestassem e criticassem o déficit comercial com o Brasil,

⁴³ LIU, 2007.

⁴⁴ Câmara Brasil China, 2008.

pressionando para que este abrisse os seus mercados e comprasse mais produtos da China. Conforme reportagem da Revista Parceria Brasil-China⁴⁵, em um encontro realizado em São Paulo em 2004, o cônsul geral da China em São Paulo, Shen Qing, disse que “*não se pode ficar cegamente otimista*” quanto às relações bilaterais. Isso porque, explicou:

“se o Brasil quiser elevar as exportações para a China, tem de levar em conta que Pequim também quer equilibrar a balança comercial bilateral, vendendo mais para o mercado brasileiro e sair do tradicional déficit que tem com o país.”⁴⁶

Afinal, assim como o Brasil quer aproveitar as grandes oportunidades do mercado chinês, a China também quer colocar seus produtos no mercado brasileiro. O comércio bilateral é sempre uma via de mão de dupla, onde ambos os países devem ceder.

Tabela 5 - Intercâmbio Comercial Brasil-China (US\$)

Ano	Exportações do Brasil à China (FOB)	Exportações da China ao Brasil (FOB)	Total do Comércio Bilateral (FOB)
1990	381.803.845	168.792.327	550.596.172
1991	226.405.821	129.040.536	355.446.357
1992	460.031.616	116.775.031	576.806.647
1993	779.394.972	304.856.536	1.084.251.508
1994	822.416.147	463.495.924	1.285.912.071
1995	1.203.750.528	1.041.728.048	2.245.478.576
1996	1.113.828.697	1.132.883.363	2.246.712.060
1997	1.088.214.616	1.166.420.980	2.254.635.596
1998	904.879.640	1.033.806.095	1.938.685.735
1999	676.142.137	865.219.126	1.541.361.263
2000	1.085.301.597	1.222.098.317	2.307.399.914
2001	1.902.122.203	1.328.389.311	3.230.511.514
2002	2.520.978.671	1.553.993.640	4.074.972.311
2003	4.533.363.162	2.147.801.000	6.681.164.162
2004	5.441.745.722	3.710.477.153	9.152.222.875
2005	6.834.996.980	5.354.519.361	12.189.516.341

Fonte: Dados do MDIC (secex)

⁴⁵ LIMA, 2004.

⁴⁶ LIMA, 2004.

Apesar dos protestos e reclamações chinesas quanto ao desequilíbrio na balança comercial, as importações brasileiras de produtos chineses têm crescido rapidamente. De 2002 para 2003, por exemplo, houve um crescimento aproximado de 46% no valor das compras brasileiras de bens chineses. *“Em 2003, a China foi o quarto maior fornecedor do Brasil. Em janeiro e fevereiro deste ano, as importações de produtos chineses feitas pelo país aumentaram 60% em relação ao mesmo período do ano passado.”*⁴⁷

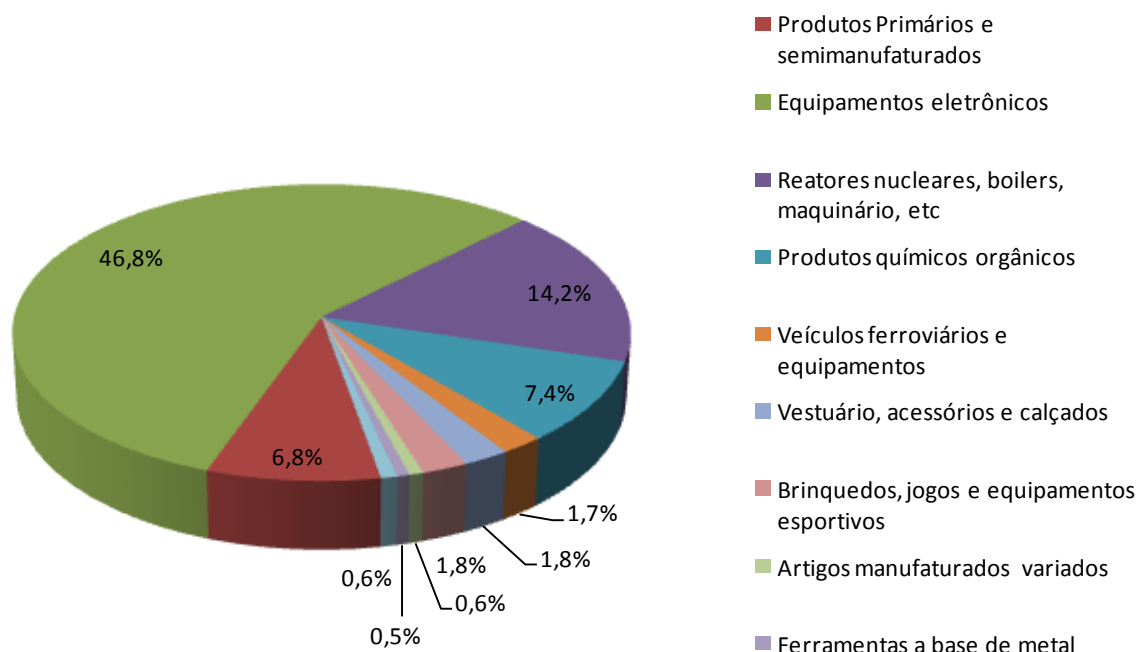
O Brasil importou da China em 2005, US\$ 5,3 milhões em produtos.⁴⁸ O Gráfico 3 mostra que a pauta de exportação da China para o Brasil era composta por 46,8% de equipamentos eletrônicos, 6,8% de produtos primários ou semimanufaturados como: artigos de ferro, artigos de couro, fibras e etc., vide Anexo II. Pode-se notar, ao analisar o gráfico, diferentemente do Brasil, a China não tem como principal produto de exportação produtos primários ou semimanufaturados e sim produtos industrializados, como equipamentos eletrônicos.

O Gráfico 4, a seguir apresentado, mostra os produtos que a China mais exporta para o Mundo.

⁴⁷ FERREIRA, 2008.

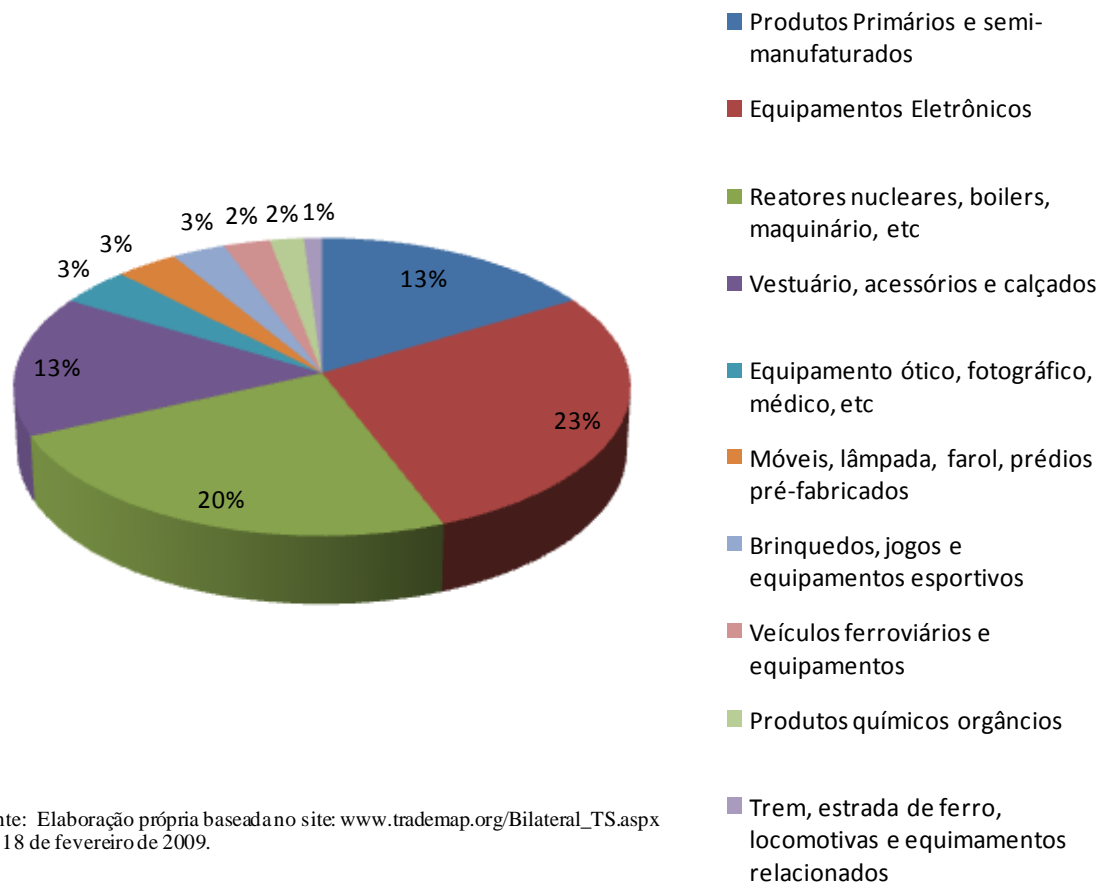
⁴⁸ Vide Anexo II – Relação Comercial Brasil-China.

Gráfico 3 - Produtos Chineses Exportados para o Brasil



Fonte: Elaboração própria baseada no site: www.trademap.org/Bilateral_TS.aspx em 18 de fevereiro de 2009.

Gráfico 4 - Produtos Chineses Exportados para o Mundo



Analisando este gráfico pode-se notar que, diferentemente do Brasil, a China exporta para o mundo basicamente os mesmos produtos que ela exporta para Brasil, mantendo as devidas proporções. A China tem como seu principal produto de exportação equipamentos eletrônicos seguido de reatores nucleares, boilers e maquinário, depois produtos primário e semimanufaturados e vestuário (vide Anexo IV).

II.3 CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DO COMÉRCIO BILATERAL CHINA-BRASIL

Analisando as informações sobre o comércio entre Brasil e China nos últimos cinco anos, nota-se que o fluxo de comércio Brasil-China tem aumentado rapidamente em um espaço de tempo relativamente curto. Pode-se observar

nos Anexos I e V a variação das importações entre os dois países. A China teve um grande crescimento dentre os importadores de produtos brasileiros: em 2001, ela representava 3,3% das exportações brasileiras; e, em 2005, representa 5,8%, sendo o quarto maior importador de produtos brasileiros.

Em relação ao Brasil, observa-se que, a despeito do crescimento das importações brasileiras de produtos originários da China, em 2001, o Brasil representava 0,5% do total de exportações chinesas e, cinco anos depois, em 2005, ele representa apenas 0,6% desse total. Acredita-se que o comércio bilateral possa ser aprofundado, visto que as porcentagens das exportações de um país para o outro ainda representam um valor muito baixo do total das importações de cada um. Apesar de ser o quarto país que mais importa produtos brasileiros, a China ainda assume um valor percentual pequeno, principalmente quando comparamos com os Estados Unidos e com a Argentina, que respondem respectivamente 19,2% e 8,4% do total de exportações brasileiras.⁴⁹

Ainda de acordo com dados do intercâmbio comercial sino-brasileiro observa-se nos anexos VI e VII que, de 2001 até 2005, o Brasil não teve nenhuma mudança significativa na sua pauta de exportação para a China, o peso dos produtos primários e semimanufaturados⁵⁰ que em 2001 era de 66,5%, passou a ser em 2002 de 76,9% e em 2005 ficou em 71,9%.

Produtos Primários e Semimanufaturados Brasil exporta para China	
2001	66,5%
2002	76,9%
2003	77,0%
2004	77,4%
2005	71,9%

Produtos Primários e Semimanufaturados Brasil importa da China	
2001	4,3%
2002	5,1%
2003	6,2%
2004	6,8%
2005	6,8%

⁴⁹ Vide Anexos I e V.

⁵⁰ Foram considerados produtos primários e semimanufaturados: açúcar, algodão, gordura animal, artigos de ferro e aço, carne e derivados, couro e pele de animais cru, ferro e aço, madeira e artigos de madeira, níquel e artigos de níquel, sal, enxofre, pedras, óleos, minérios e vegetais, frutas e nozes.

Quando é feita a análise inversa pode-se notar que a China diferentemente do Brasil, dentro da sua pauta de exportação, tem apenas uma pequena parcela de produtos primários e semimanufaturados⁵¹, como pode ser observado no anexo VI e na tabela resumo acima.

Assim, para que o Brasil se beneficie mais das relações comerciais com a China, ele deve concentrar esforços em melhorar a qualidade de suas exportações, através do aumento da participação de produtos de maior valor agregado na pauta. Esforçar-se em melhorar a qualidade das vendas externas, assim como, realizar de um trabalho de avaliação de potencialidades de mercado na China.

II.3.1 OS IMPACTOS NO BRASIL

Em seu livro “O mundo tem medo da China? Nós também”, Mello (2005) afirma que a China tornou-se a fábrica do mundo, porém, essa afirmação, que parece boa, tem destroçado a economia de algumas empresas em todo o mundo. No Brasil, a Sondagem Especial da Confederação Nacional das Indústrias (CNI)⁵² divulgou que a concorrência com os produtos importados da China tem afetado a indústria brasileira no âmbito comercial interno e externo.

No mercado interno, 26% das empresas brasileiras registraram competição com produtos chineses no mercado doméstico. Em contrapartida, 48% das empresas registraram que não competem com os produtos chineses e outros 26% não se pronunciaram a respeito.

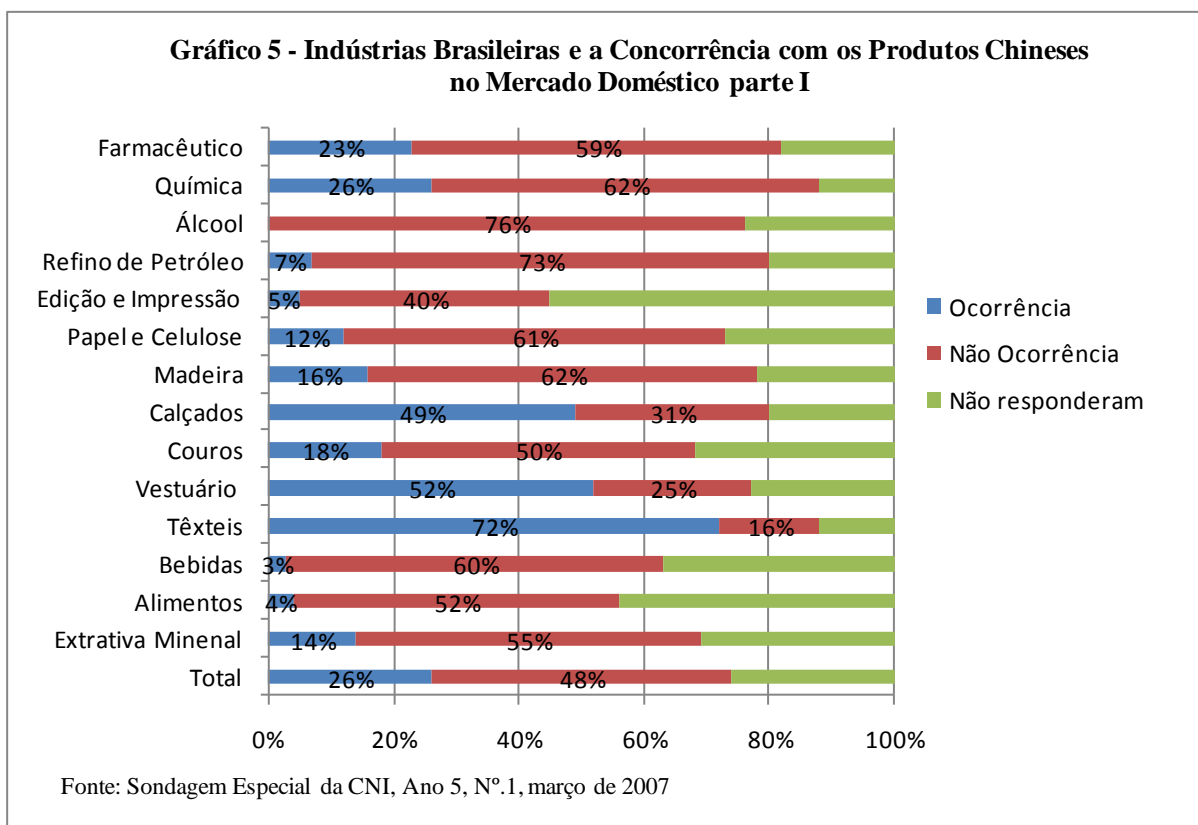
As grandes empresas estão mais expostas à concorrência com produtos chineses no mercado doméstico do que as de pequeno e médio porte. Enquanto 45% das grandes empresas assinalaram concorrência com produtos

⁵¹ Foram considerados produtos primários e semimanufaturados: artigos de couro, tripas animais e couroça, artigos de ferro e aço, ferro e aço e fibras.

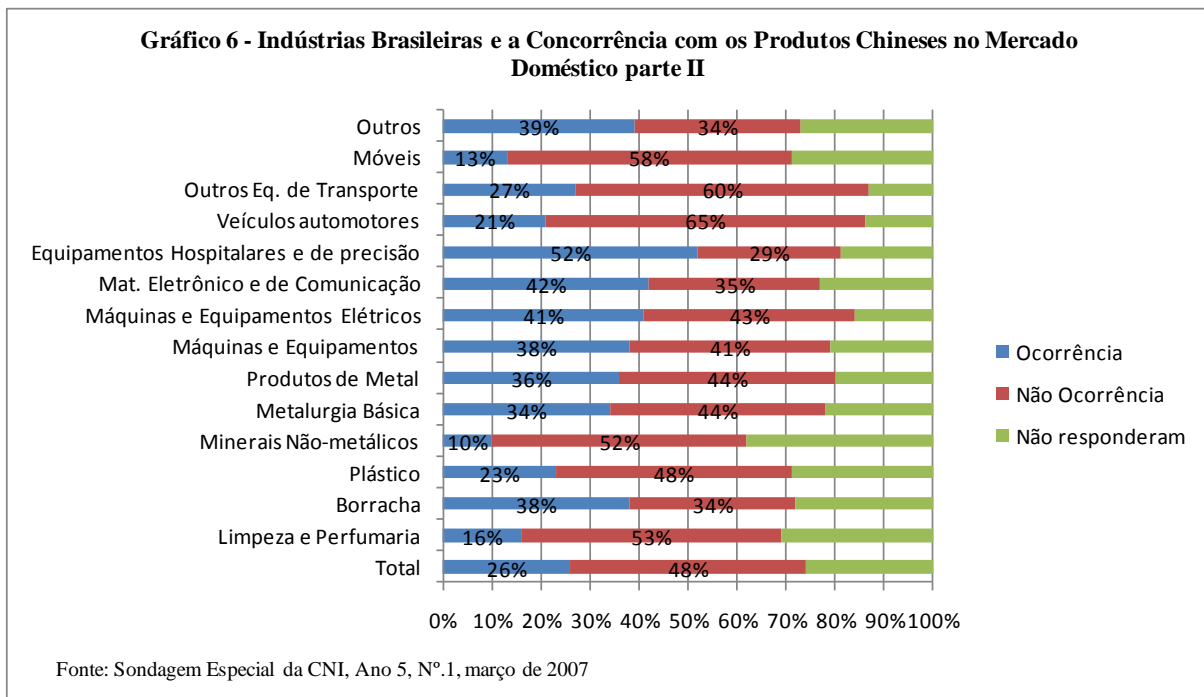
⁵² O estudo da CNI foi feito entre 5 de janeiro e 1º de fevereiro de 2007. Foram consultadas 1.581 empresas, sendo 1.367 de pequeno e médio porte e 241 de grande porte.

chineses no mercado do doméstico, o percentual caiu a 23% entre as empresas de pequeno e médio porte.

Como mostra o gráfico abaixo, a competição com produtos chineses no mercado doméstico é mais acirrada⁵³ em quatro setores industriais: têxteis; vestuário; e calçados; além de equipamentos hospitalares e de precisão.



⁵³ Para fim de análise foi definido como concorrência acirrada os setores que sofreram concorrência percentual igual ou superior a 49%.

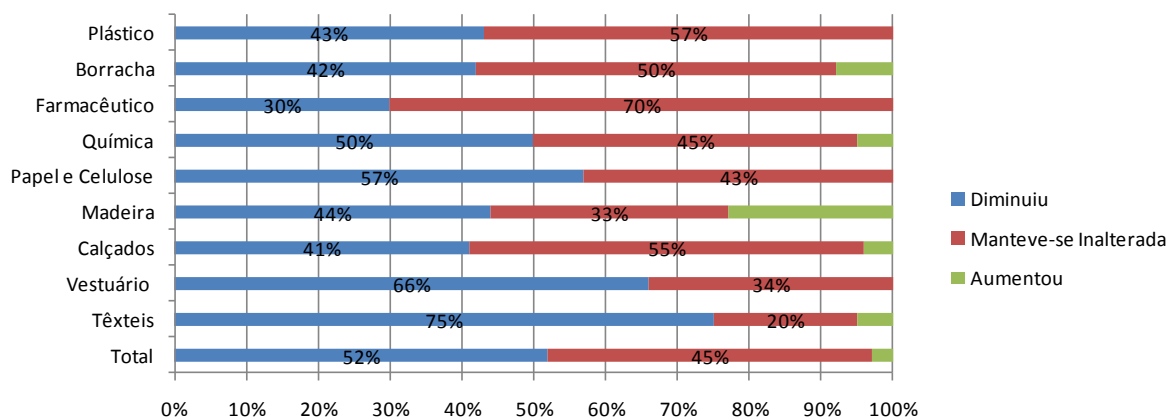


Nesses quatro setores, pelo menos, metade das empresas registrou concorrência com produtos chineses. No caso das indústrias têxteis, esse percentual sobe para 72%. Nesse setor, a entrada dos produtos chineses reduziu o superávit do Brasil. Em 2005, o superávit do setor têxtil foi de U\$ 437 milhões, enquanto no ano de 2004 foi de U\$ 1,409 bilhão, o superávit sofreu uma queda de 69%, devido ao aumento das importações de produtos têxteis chineses.⁵⁴

A consequência direta da forte concorrência chinesa enfrentada pelas indústrias brasileiras é a redução na participação das vendas no mercado interno. Os gráficos 7 e 8 mostram os setores que sofrem maior impacto com a invasão chinesa.

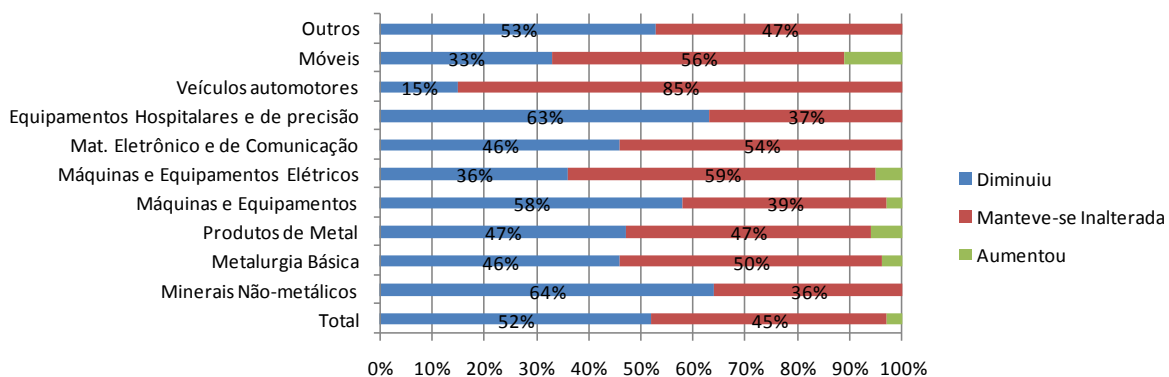
⁵⁴ Pesquisa feita pela CNI, "Sondagem Especial", Ano 5, n1, 1 de março de 2007.

Gráfico 7 - Participação das Vendas no Mercado Doméstico, em função da Concorrência com produtos Chineses parte I



Fonte: Sondagem Especial da CNI, Ano 5, N°.1, março de 2007

Gráfico 8 - Participação das Vendas no Mercado Doméstico, em função da Concorrência com produtos Chineses parte II



Fonte: Sondagem Especial da CNI, Ano 5, N°.1, março de 2007

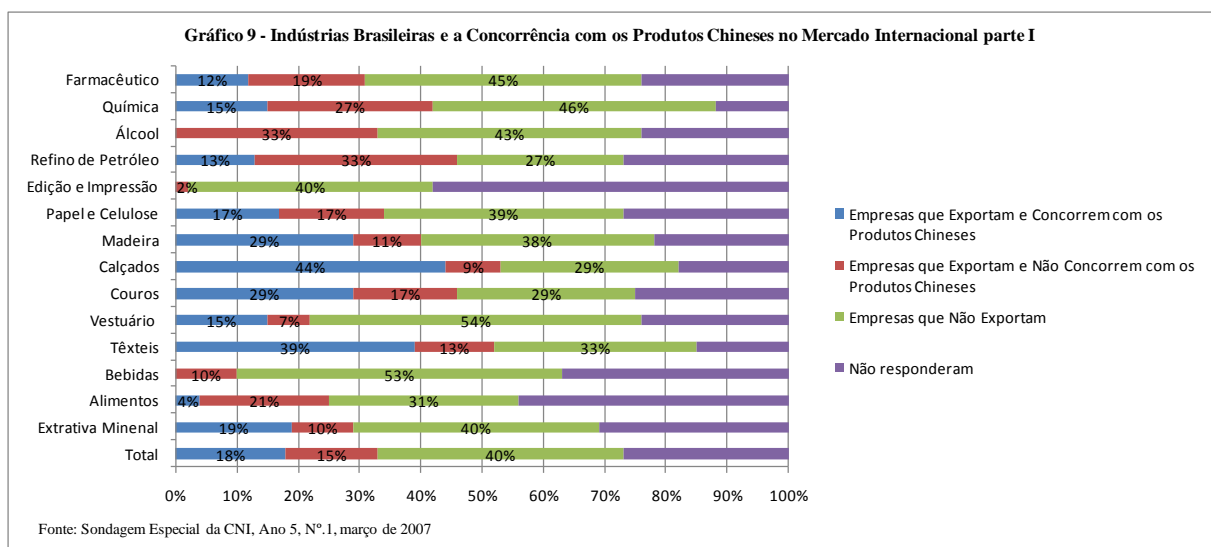
As indústrias têxteis, de vestuário, de papel e celulose, equipamentos hospitalares, química, de minérios não metálicos e de máquinas e equipamentos foram as que mais sentiram a redução nas vendas⁵⁵. A indústria têxtil chegou a ter uma redução de 75% do total de vendas no mercado interno. A CNI teme que esses resultados causem uma “desindustrialização” em alguns setores da economia brasileira.

⁵⁵ Para fim de análise redução das vendas foi considerada para os setores que tiveram uma diminuição das vendas igual ou superior a 50%.

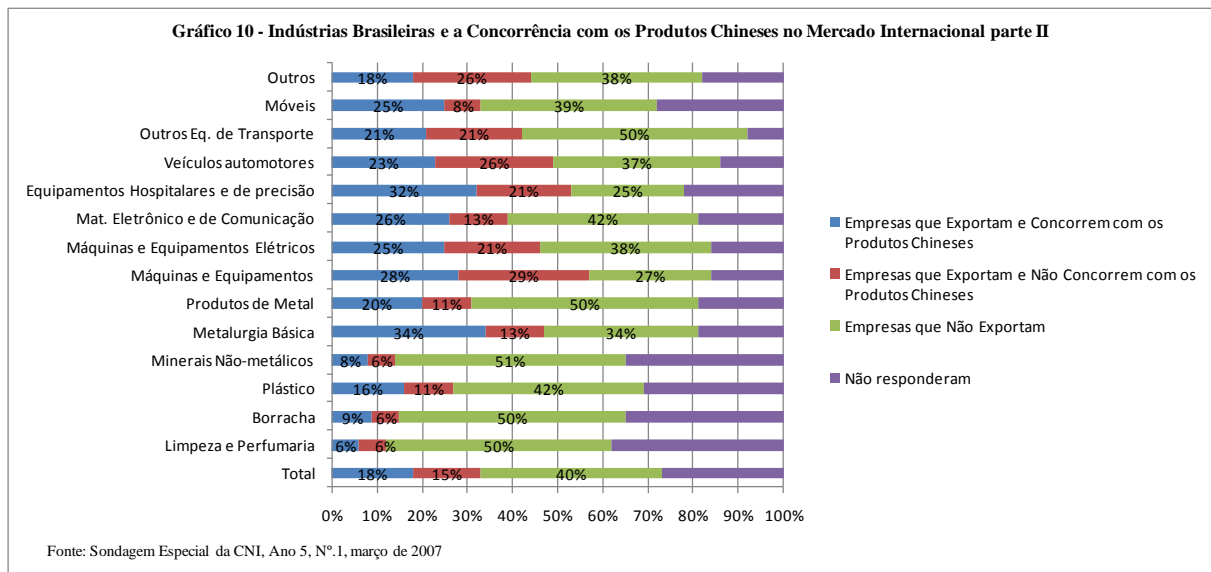
Relação Comercial China Brasil

Ao analisar esses dados, junto aos dados que serão apresentados no tópico de Medidas Antidumping no Capítulo III, pode-se verificar que o Brasil tem reagido a essa invasão chinesa por meio da aplicação de medidas antidumping sobre os produtos: lápis, caneta, pneumático de bicicleta, garrafa térmica, ampola de vidro, tela metálica e outros, como mostra o anexo VIII. Essa perda de mercado para produtos chineses não é uma realidade isolada do Brasil, pode-se observar isso, quando constatamos que a China é o país que mais recebe medidas antidumping contra seus produtos, no caso da indústria têxtil chinesa, esta já possui 47 medidas, vide tabela 7, na pág. 52.

Em relação ao comércio externo, os gráficos 9 e 10 que seguem auxiliam a apresentação dos impactos dos produtos chineses no mercado internacional.



Relação Comercial China Brasil



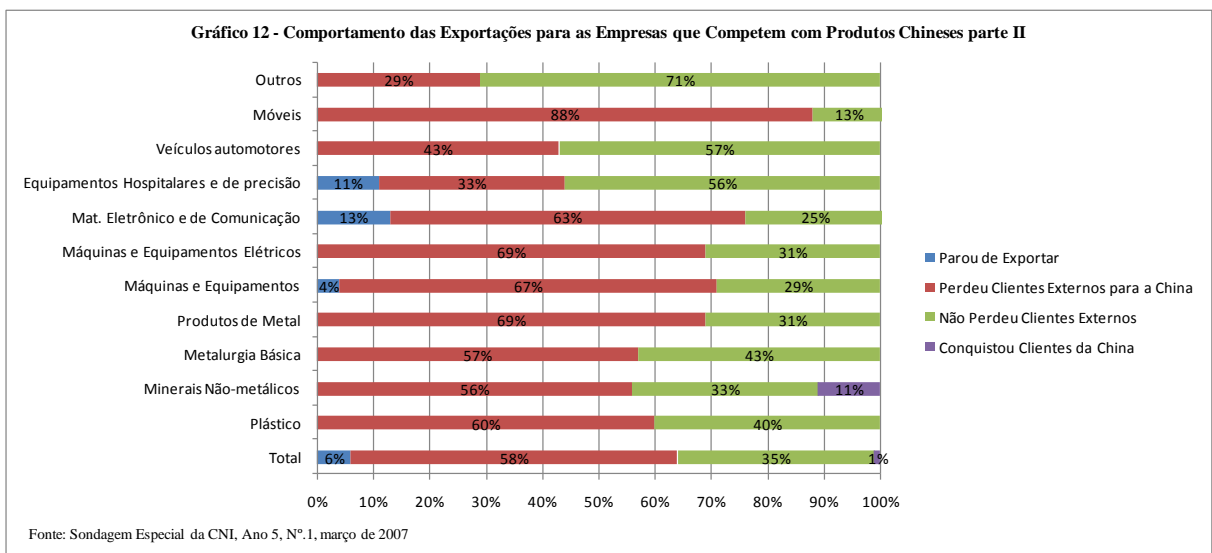
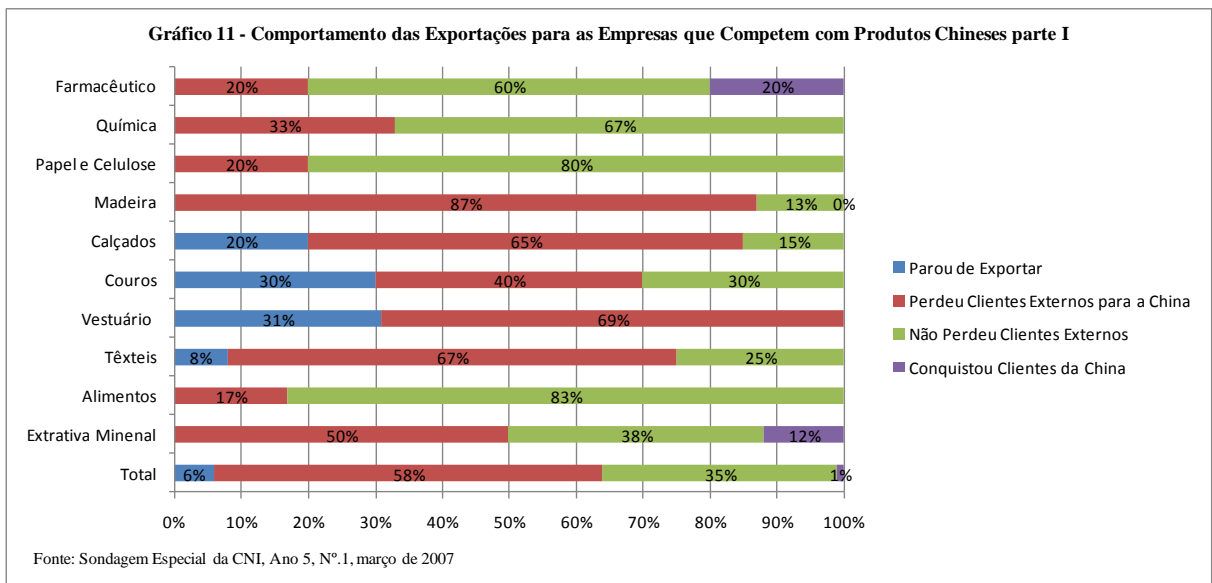
O gráfico acima ilustra através das porcentagens expressas na cor verde que a maioria dos setores da economia brasileira não estão voltados para a exportação.⁵⁶ Salvo raras exceções como no caso do setor de equipamentos hospitalares que possuem apenas 25% das empresas vendendo somente para o mercado interno, do setor de máquinas e equipamentos que possui 27%, as indústrias de calçados e de couro que possuem 29% das empresas que não trabalham com exportação, as indústrias de alimentos que possuem 31%, as do setor têxtil que possui 33% e da metalúrgica básica que possuem 34% das empresas não participando no mercado internacional.

A partir dessa constatação, pode-se considerar que as empresas brasileiras ou não estão preparadas para enfrentar o mercado mundial, ou não estão interessadas. Qualquer que seja a razão, isso faz com que elas não tenham grandes chances de competição com o resto do mundo, menos ainda com a China, que entrou no mercado mundial com preços muito baixos e abrangendo variados setores. Nota-se, a partir da análise dos dados do gráfico acima, que uma parte considerável das empresas brasileiras que estão no mercado

⁵⁶ Para fim de análise foram considerados setores voltados para a exportação os setores que possuíam valores percentuais iguais ou inferiores a 35% de indústrias não trabalhando com exportação.

Relação Comercial China Brasil

internacional compete com os produtos chineses. Pelos dados fornecidos pela CNI, 54% das empresas brasileiras que fazem exportação sofrem concorrência com produtos chineses no mercado internacional.

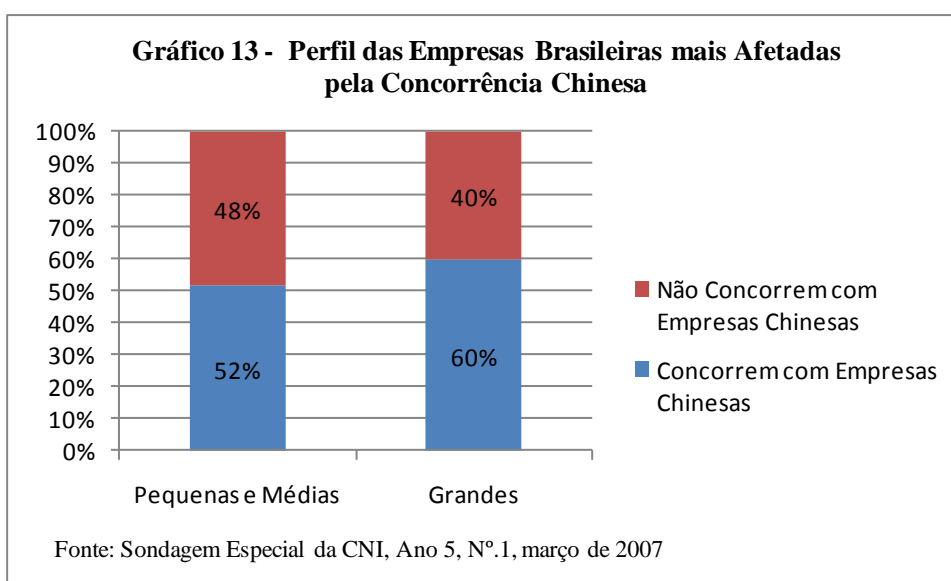


O gráfico acima mostra as conseqüências da concorrência chinesa para as indústrias brasileiras no mercado internacional. Pode-se observar que das

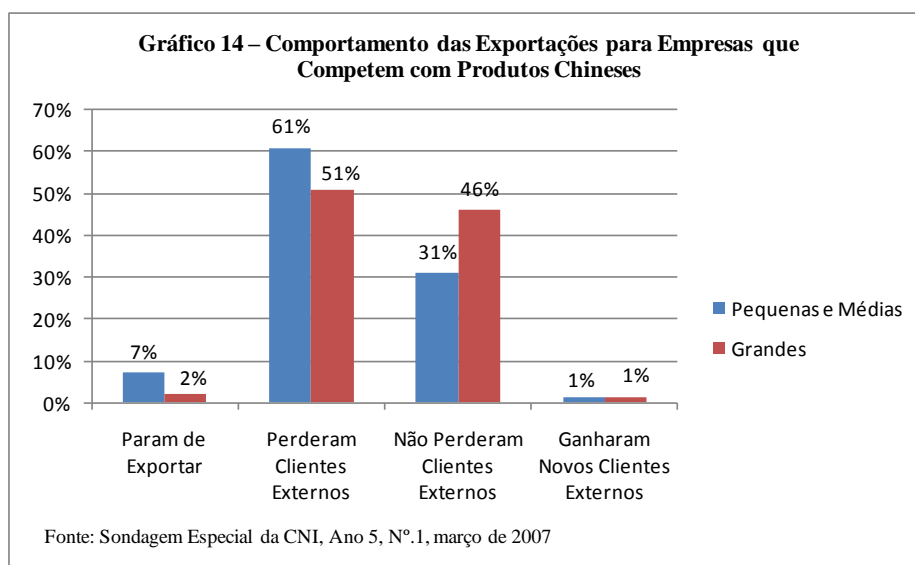
empresas que exportam e concorrem com os produtos chineses, 58% registraram perda de clientes externos para a China, 6% das empresas pararam de exportar, por conta dessa concorrência, e 36% mantiveram ou aumentaram o número de clientes, não obstante a concorrência chinesa.

Dentre as empresas que pararam de exportar, destacam-se as dos setores de vestuário, de couros e de calçados. Nos três setores, pelo menos uma em cada cinco empresas não conseguiu competir com os produtos chineses. Esses setores, exceto o de vestuário, como foi visto nos gráficos 9 e 10, são os que possuem maiores quantidades de empresas exportadoras, o que parece confirmar a hipótese de que as empresas brasileiras não estão preparadas para a competição internacional. Além disso, pode-se destacar que, mesmo dentre as empresas que não pararam de exportar, muitas delas perderam mercado para os produtos chineses. Os setores mais afetados foram os de indústria têxteis, de couros, de calçados, madeireiro, equipamentos hospitalares e etc.

Em contrapartida, algumas empresas conseguiram enfrentar a invasão chinesa e até ganhar mais espaço no mercado internacional, como no caso das indústrias farmacêutica, extrativa mineral e de minerais não metálicos, como mostram os Gráficos 11 e 12.



O gráfico acima mostra que a intensidade que a concorrência afeta as empresas varia de acordo com o porte da indústria. Pode-se notar que 48% das empresas exportadoras de pequeno e médio porte afirmaram não sofrer concorrência com produtos chineses. Já entre as grandes empresas exportadoras, a concorrência com os produtos chineses é mais acirrada: apenas 40% dessas empresas não enfrentam concorrência com empresas chinesas.



Não obstante, o gráfico 14 mostra que, quando as empresas brasileiras são expostas à concorrência chinesa, as pequenas e médias empresas perdem mais clientes externos do que seus parceiros de grande porte. No caso das pequenas e médias empresas, 61% das que exportam e sofrem concorrência com produtos chineses, perderam clientes externos para a China. Quando analisamos as grandes empresas exportadoras, esse percentual reduz-se a 51%. Além disso, enquanto 7% das pequenas e médias empresas exportadoras pararam de exportar, frente à concorrência chinesa, apenas 2% dos seus parceiros de grande porte abandonaram as exportações. Ou seja, as pequenas e médias empresas brasileiras são mais vulneráveis à concorrência com empresas chinesas do que as grandes empresas.

Essa nova realidade de concorrência acirrada no mercado internacional, como mencionado na pesquisa da CNI, tem causado a diminuição do número de

empresas que se destinam à produção de industrializados para a exportação, afetando, acima de tudo, a geração de empregos no Brasil.

CAPÍTULO III: ESTRATÉGIAS ADOTADAS PELAS EMPRESAS BRASILEIRAS PARA COMPETIR COM OS PRODUTOS CHINESES

O crescimento significativo da China tem causado uma grande penetração dos produtos chineses no mundo, inclusive no mercado brasileiro, como foi mostrado no capítulo anterior. A entrada desses produtos causou prejuízos às empresas nacionais. Para solucionar o problema, as empresas brasileiras começaram adotar diferentes estratégias, porém todas com a mesma finalidade, “combater o dragão chinês”.

Esse capítulo se propõe a apresentar as soluções encontradas pelas empresas brasileiras para combater essa invasão chinesa e conseguir seu espaço no mercado. Essas estratégias estão divididas em três grandes grupos: medidas de proteção, mais especificamente, o uso de medidas antidumping para proteger o produto nacional da concorrência no mercado interno; ações das empresas visando a sua capacitação, enfrentando assim a concorrência no mercado externo e interno; e o investimento direto externo, empresas brasileiras que se mudam para China, empresas brasileiras que procuram fazer parceiras e/ou terceirizações das atividades produtivas.

III.1 ESTRATÉGIAS USADAS PELAS PARA AS EMPRESAS BRASILEIRAS - MEDIDAS ANTIDUMPING

A forma mais utilizada para os países defenderem seus mercados internos de produtos de outra nacionalidade, tendo em vista os compromissos assumidos junto à OMC – em especial a consolidação tarifária e a cláusula de Nação Mais Favorecida – se dá via medidas antidumping, ou medidas salvaguardas. Os produtores brasileiros aderiram a medidas antidumping para tentar conter o avanço chinês e proteger suas empresas.

Quando a China entrou na OMC foram criadas medidas Salvaguardas especiais contra ela. Essas medidas correspondem ao estabelecimento de quotas de exportação para a China, protegendo o mercado interno de países

Relação Comercial China Brasil

importadores de produtos chineses. O Brasil nunca utilizou esse tipo de medida, pois elas são consideradas muito sensíveis no âmbito político. Entretanto, o Brasil faz uso do acordo de restrição voluntária para o setor têxtil. Esse acordo restringe as exportações chinesas de tecido para o Brasil. Além disso, as empresas brasileiras têm intensificado o uso de medidas antidumping ano após ano.

O Brasil apesar de ser o sétimo país com o maior número de medidas antidumping até 2005 possuía apenas 65 medidas contra ele, como ilustra a tabela 6, mais abaixo. Os produtos brasileiros que mais recebem medidas antidumping são os artigos de plásticos e borracha, artigos de metais e equipamentos elétricos (tabela 7).⁵⁷

Tabela 6 - Países com o Maior Número de Medidas Antidumping

Países Exportadores	1º	2º	3º	4º	5º	7º	9º
	China	Coréia do Sul	Estados Unidos	Japão	Rússia	Brasil	Índia
1995	26	4	8	5	8	9	4
1996	16	6	4	6	3	10	1
1997	33	3	9	5	9	7	5
1998	24	12	11	7	4	6	6
1999	20	13	8	10	15	5	9
2000	29	20	12	19	9	8	7
2001	30	12	4	9	8	2	6
2002	36	13	10	5	3	6	6
2003	40	22	6	11	12	4	7
2004	43	13	10	6	5	3	10
2005	41	8	13	7	6	5	2
Total	338	126	95	90	82	65	63

Fonte: Dados extraídos do site da WTO, "AD Measures: By Exporting Country From: 01/01/95 To: 31/12/07", 15 de Outubro de 2008.

⁵⁷ Dados retirados no site: www.unctad.org/, Handbook of Statistics Online, 10 de Outubro de 2008.

Relação Comercial China Brasil

Tabela 7 - Relação de Produto que mais Recebem Medidas Antidumping

Categorias	Descrição	China	Brasil	Índia	Estados Unidos
I	Animais vivos e produtos provindo de animais	2	4	1	6
II	Vegetais e produtos provindo de vegetais	11	0	3	6
III	Produtos com gordura/ óleo vegetal ou animal	0	3	0	2
IV	Tabaco e produtos que utilizam tabaco	3	1	0	4
V	Produtos minerais	14	2	0	4
VI	Produtos químicos e farmaceuticos	128	7	34	75
VII	Artigos de plástico e de borracha	44	10	22	36
VII	Pele de animais, couro e artigos de pele e couro	5	0	0	0
IX	Madeira e artigos feitos de madeira, cortiça e artigos feitos de cortiça e palha	9	3	0	3
X	Poupa de madeira ou materiais de fibra de celulose, papel reciclável	12	7	3	13
XI	Artigos têxteis	47	4	14	4
XII	Calçados, bonés, guarda-chuva, bengalas, banco, chicote, artigos de cultivo, flores e artigos para os cabelos.	16	0	2	0
XIII	Artigos e pedras, gesso, cimento, amianto, mica. Produtos de cerâmica e vidro.	36	3	3	2
XIV	Pérolas de cultivo natural, pedras preciosas e semi-preciosas, metais preciosos, jóias e imitações de jóias e moedas.	0	0	0	0
XV	Artigos de metais e metais	125	30	39	8
XVI	Maquinária, equipamentos mecânicos, eletrônicos, gravador de som, televisor e artigos semelhantes	68	17	9	10
XVII	Veículo, aeronaves, navios e semelhantes	10	1	0	0
XVIII	Artigos fotográficos, cinematográficos, óticos, equipamentos de acessório, instrumentos musicais, óculos e semelhantes	12	2	0	3
XX	Artigos manufaturados variados	40	0	1	2
...	Desconhecido	14	0	0	2
Total		596	94	131	180

Fonte: Dados extraídos do site da WTO, "AD Sectotal: Distribution of Initiations by Exporting Country from 01/01/95 to 31/12/2007, 15 de Outubro de 2008.

Por outro lado, o Brasil é o décimo país a aplicar medidas antidumping a outros países, tendo como principal alvo a China e os Estados Unidos como mostra a tabela 8. No Brasil de 1995 a 2005, foram apresentados 106 pedidos de investigação da prática de dumping contra 167 países, sendo 25% delas direcionadas a produtos chineses e 21% a produtos americanos. A tabela 8 ainda mostra que das 26 investigações feitas a produtos chineses, 30% constataram a prática de dumping e o dano decorrente, e as empresas

Relação Comercial China Brasil

brasileiras puderam aplicar o direito antidumping. Em contrapartida, das 21 investigações iniciadas contra os EUA, apenas em 13% dos casos as empresas brasileiras puderam aplicar o direito sobre os produtos americanos.

Tabela 8 - Países que mais Recebem Medidas Antidumping do Brasil (1995 a 2005)					
Países que o Brasil solicitou Investigação Dumping	167	100%	Investigações de Dumping Solicitadas no Brasil	106	100%
Países que tiveram como resultado da Investigação a Não Aplicação do Direito	63	38%	Investigações de Dumping resultaram na Não Aplicação do Direito	39	37%
Países que tiveram como resultado da Investigação a Aplicação do Direito	104	62%	Investigações de Dumping resultaram na Aplicação do Direito	67	63%
Número de Investigações de Dumping Solicitadas contra China no Brasil	26	25%	Número de Investigações Antidumping Solicitadas contra os EUA no Brasil	21	20%
Resultado das Investigações de Dumping aplicadas a China que resultaram na Não Aplicação do Direito	6	15%	Resultado das Investigações de Dumping aplicadas aos EUA que resultaram na Não Aplicação do Direito	12	31%
Resultado das Investigações de Dumping aplicadas a China que resultaram na Aplicação do Direito	20	30%	Resultado das Investigações de Dumping aplicadas aos EUA que resultaram na Aplicação do Direito	9	13%

Fonte: Tabela preparada a próprio punho, dados retirados no RELATÓRIO DECOM Nº 11 – 2007.

Os produtos chineses que receberam medidas antidumping brasileiras de 1995 a 2005 foram: lápis, pneumático de bicicleta, ampolas de vidro, cadeado, alguns alimentos, entre outros, como mostram o anexo VIII.

Não é apenas o Brasil que tem combatido a invasão de produtos chineses via medidas antidumping. A China é o país mais afetado por essas medidas desde 1995, conforme se observa na tabela 6. Até 2005, o país recebeu 338 medidas. Depois da China, está a Coreia do Sul com 126 medidas, a diferença entre os dois países mostra como a China ainda é o país alvo da maioria das medidas antidumping aplicadas no mundo.

Na tabela 7 pode-se notar que os produtos chineses que mais sofrem medidas antidumping são os farmacêuticos, químicos, têxtil, artigos de plástico e

borracha; artigos de metal e o próprio metal; equipamentos e aparelhos eletrônicos assim como artigos manufaturado em geral.⁵⁸

Antes da China fazer parte da OMC, ela não tinha a possibilidade de questionar as medidas antidumping aplicadas aos seus produtos por meio do procedimento de solução de controvérsias dessa organização, o que permitia que os países importadores fossem mais arbitrários com a China do que em relação a outros países. Um dos aspectos relevantes nesse tratamento era a consideração da China ser uma não economia de mercado. Assim, quando se faz o cálculo da margem de dumping, que se baseia na comparação de um preço de economia de mercado e do preço de exportação do produto chinês, em geral, resulta em margens elevadas. Demonstrada a existência de dano causado pelas as importações do produto objeto de dumping, é possível a imposição de medidas antidumping (sobretaxa às importações não superior à margem de dumping apurada), as quais, por conta da forma de determinação do valor normal, tendem a ser mais elevadas do que seriam se fossem considerados os preços efetivamente praticados no mercado interno chinês (base recomendada pelo Acordo Antidumping para a determinação do valor normal para economia de mercado)⁵⁹.

Ao aderir a OMC, a China não apenas firmou o acordo da OMC como também foram estabelecidos compromissos específicos refletido no protocolo de Adesão. No que se refere à questão do antidumping, acordou-se que o resto do mundo poderia continuar a tratar a China como não economia de mercado, entretanto, no caso de ser demonstrado no curso da investigação que a indústria exportadora já estivesse operando em condições de mercado, o valor normal seria determinado, em princípio, com base nos preços praticados naquele país. Os países se comprometeram a tornar público os critérios a serem utilizados para fins de determinação sobre as condições de operação dos exportadores investigados – isto é, os critérios utilizados para se

⁵⁸ Dados retirados no site: www.unctad.org/, Handbook of Statistics Online, 10 de Outubro de 2008.

⁵⁹ GOYOS JR, 2004.

determinar se a indústria em questão estaria ou não operando em condições de mercado.⁶⁰

Isso, no entanto, não implicou mudanças significativas do tratamento dado a China por parte dos Membros da OMC. Alguns poucos países passaram a tratar a China como economia de mercado – Austrália, por exemplo. No caso do Brasil, em 2004 foi assinado um Memorando de Entendimento com a China que concederia ao país o status de economia de mercado.⁶¹ A possível, a adoção dessa regra poderia reduzir o número de medidas aplicadas contra China. Como foi visto na tabela 8, a maior parte das medidas antidumping aplicadas pelo Brasil é sobre a importação de produtos chineses. Essa postura do Brasil obriga os produtores chineses a provarem – caso a caso – a condição de liberdade de mercado do setor em que atuam.

Essas medidas antidumping que afetam a China e não vem apenas do Brasil, mas de muitos outros países, e são um problema que talvez possa ser amenizado se o Memorando de acesso da China a OMC, que estabelece que até 2016 os países poderão tratar a China como uma não economia de mercado, for aceito pelo mundo. A partir dessa data pode ser que haja um consenso entre os países sobre o tratamento a ser dado a China, podendo ser considerada uma economia de mercado. Se a China vier a ser considerada uma economia de mercado causará grandes mudanças no comércio mundial, pois virá a limitar a aplicação e o tamanho dos direitos antidumping.⁶²

Ao darem a China esse status, os preços dos seus produtos serão analisados como preços de mercados e muitas medidas antidumping que o país sofre hoje não poderão mais vigorar. Para conseguir esse status a China precisa provar que é uma economia de mercado e não uma economia planificada, em outras palavras, precisa evidenciar que vive num sistema econômico no qual a

⁶⁰ GOYOS JR, 2004.

⁶¹ A despeito do Memorando, até hoje, o Brasil continua a tratar a China como economia não de mercado.

⁶² GOYOS JR, 2004.

produção e a distribuição de mercadorias e serviços ocorrem por intermédio de um mecanismo de livre mercado, guiado, por sua vez, por um sistema de preços livres. Isso significa que, numa economia de mercado, as empresas e os consumidores decidem, por vontade própria, o que produzir e o que consumir. Esta realidade é o oposto de uma economia planificada, na qual as operações não seguem princípios de estruturas de custo nem de preço e existe grande intervenção governamental na formação dos preços. A China hoje é vista como uma economia planificada.

Embora haja uma diferenciação conceitual entre os termos “economia de mercado” e “economia planificada”, a determinação de quais países se enquadram em cada conceito não é tão simples e depende de uma análise criteriosa. São, assim, inúmeros os países – inclusive aqueles com status de economia de mercado – nos quais o Estado possui um papel importante na regulamentação comercial.

À medida que os países forem reconhecendo a China como economia de mercado, eles ficarão impedidos de alegar que a China possui uma economia estatizada. Tal fato, entretanto, não retira dos países a legitimidade para conduzir investigações contra eventuais práticas comerciais desleais cometidas por produtores chineses.

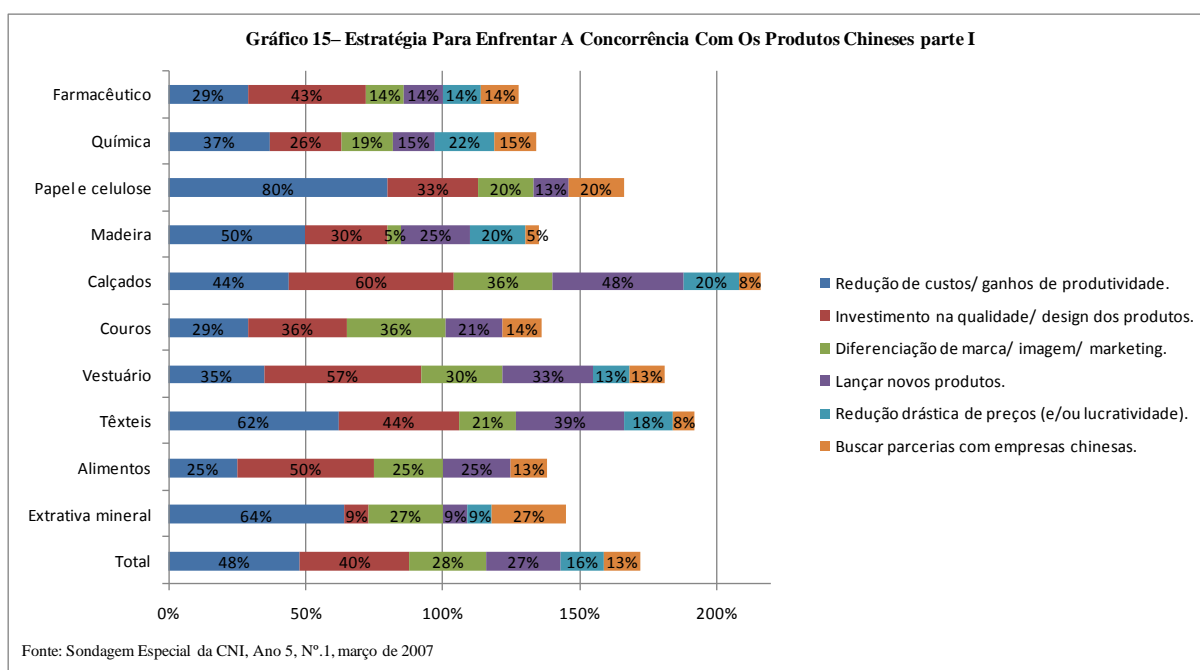
Essa mudança de cenário já é esperada por todo o mundo, mas teme-se que muitos países ainda não estejam preparados para enfrentar a entrada dos produtos chineses com seus baixos preços. O Brasil terá de utilizar, a partir desse acontecimento, outras estratégias para conseguir competir com os produtos chineses. Os tópicos seguintes mostram quais as outras formas que vem sendo utilizadas pelas empresas brasileiras para competir com os produtos chineses.

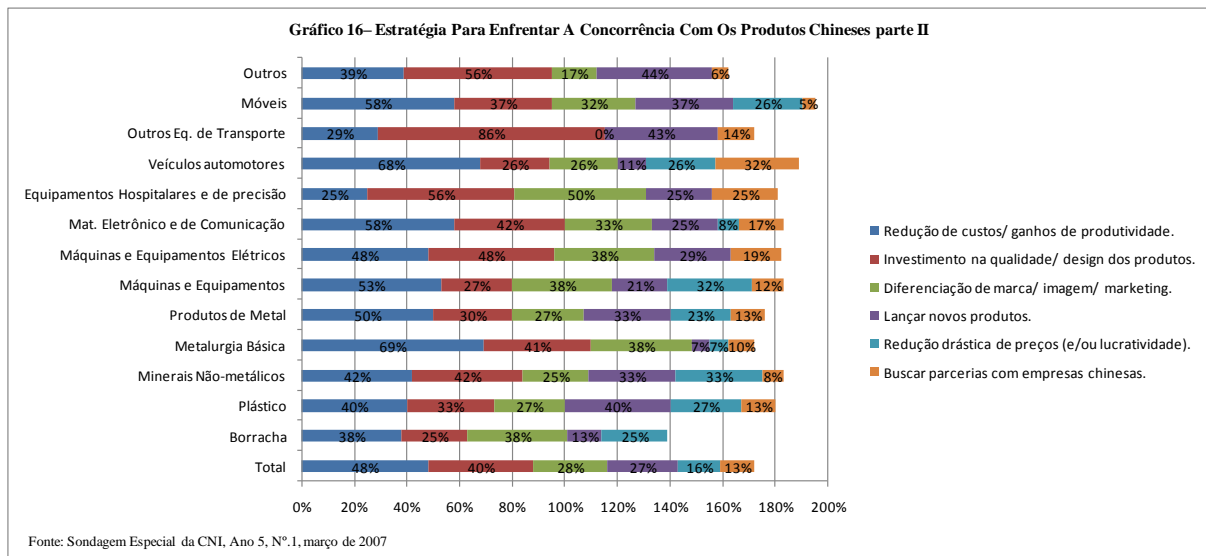
III. 2 ESTRATÉGIAS PARA AS EMPRESAS BRASILEIRAS – INVESTIMENTO EM CAPACITAÇÃO

Além, das medidas antidumping que foram explicadas acima, as empresas brasileiras buscam novas estratégias para tentar solucionar o problema da invasão chinesa no Brasil.

A CNI, em sua pesquisa (2007), cita a importância da união de esforços das empresas com o governo brasileiro. A CNI acredita que a redução da burocracia, assim como, melhores condições de funcionamento para essas empresas e a redução dos custos de impostos possam ser fundamentais para que os investimentos em capacitação sejam eficazes.

O gráfico que segue mostra quais foram as principais medidas adotadas pelas empresas brasileiras que conseguiram enfrentar a concorrência chinesa e, em alguns casos, ganhar mercado interno e externo.





Dentre as soluções encontradas pelas empresas brasileiras as mais utilizadas foram: a redução dos custos, seguida pelo investimento em melhoria de qualidade do produto. É importante ressaltar a ocorrência pela busca de parcerias com empresas chinesas, essas parcerias serão melhores explicadas a seguir na seção que trata dos investimentos entre Brasil e China.

Outro problema enfrentado pelas empresas brasileiras é a falta de fiscalização. Os consumidores de baixa renda são os que mais compram os produtos chineses, devido a seu preço mais acessível. No entanto, muitos desses produtos dificilmente seguem os padrões de qualidade estabelecidos pela legislação brasileira. Dessa forma, cresce o número de consumidores brasileiros que consomem produtos chineses no lugar de produtos brasileiros, e ainda com problemas de qualidade.

O governo brasileiro tem pleno conhecimento disso, mas não reforça sua fiscalização, permitindo que o Brasil, faça uso de produtos mal feitos e, dessa forma, ao permitir a entrada de produtos chineses de baixa qualidade e preço, permite uma concorrência desleal com produtos nacionais.

III.1.3 ESTRATÉGIAS PARA AS EMPRESAS BRASILEIRAS - INVESTIMENTO EM PARCERIAS

A relação entre China e Brasil é uma relação que só tende a crescer no campo da política como no campo da cultura e do comércio. Brasil e China não têm contenciosos do passado. Não têm contenciosos históricos e dois gigantes como China e Brasil sem divergências históricas estarão livres para pensar apenas no futuro.⁶³

Essa declaração foi dada pelo Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva durante o Seminário Empresarial Brasil-China de Comércio e Investimento que ocorreu em Pequim, com a presença do Presidente da República Popular da China e com empresários chineses e brasileiros.

Uma pesquisa feita pela revista Exame⁶⁴ mostra que, nas últimas duas décadas, aproximadamente 600 mil empresas multinacionais abriram filiais na China, dentre elas 35 empresas brasileiras construíram seus escritórios no país e cinco se instalaram como fábricas (Gerdau, Sadia, Marcopolo, Votorantim, Weg). As vantagens que têm atraído investidores de todo mundo já foram discutidas em tópicos anteriores (mão-de-obra barata, facilidades de exportação, portos qualificados e um mercado interno em ascendência), mas os obstáculos são grandes, podendo ser mais significativos que as vantagens. Os principais obstáculos são a interferência do governo, que muda as regras de produção (a qualquer momento o governo modifica as leis de instalação e produção de fábricas no país sem reuniões com empresários), impostos, burocracia de entrada, parcerias e a cultura oriental. No caso das empresas brasileiras, é importante ressaltar que o Brasil tem a desvantagem interna do custo Brasil que acaba impulsionando a saída de empresas que buscam reduzir custos e conseguir preços competitivos no mercado exterior. Os portos, estradas e ferrovias não estão prontos para um escoamento rápido e eficiente

⁶³ Discurso do Presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, no Seminário Empresarial Brasil-China de Comércio e Investimento – perspectivas para o século 21, divulgado no site: http://www.portaldopolitico.com.br/jornalismo/brasil_china2.htm, 23 de outubro de 2008. 14h17minh.

⁶⁴ Dados retirados da revista Exame, edição especial, O Ano da China, 18/06/2008. Pag. 30.

da produção. O custo agregado de transporte e escoagem nos portos são muito elevados, sendo relevantes quanto à escolha de local para a instalação da indústria.

A tabela a seguir mostra a relação que as empresas brasileiras estão desenvolvendo na China.

Relação Comercial China Brasil

Tabela 09 - Transferência de produção para a China parte I

Alternativas	Total	Extraiva mineral	Alimentos	Bebidas	Têxteis	Vestuário	Couros	Calçados	Madeira	Papel e celulose	Edição e impressão	Refino de petróleo	Álcool
Já produz através de terceirização da produção com empresas chinesas.	1%	0%	0%	0%	0%	6%	6%	7%	0%	0%	0%	0%	0%
Já produz com fábrica própria na China.	2%	0%	1%	0%	2%	0%	3%	2%	0%	0%	0%	0%	0%
Não produz, mas pretende terceirizar parte da produção.	3%	0%	1%	0%	8%	7%	0%	2%	7%	0%	0%	0%	0%
Não produz, mas pretende instalar fábrica na China.	1%	7%	1%	0%	2%	1%	3%	0%	0%	2%	0%	7%	0%
Outras ações ou intenções de investir na China.	1%	0%	1%	6%	3%	1%	0%	0%	0%	2%	2%	13%	0%
Não produz e não pretende produzir.	66%	62%	51%	58%	75%	61%	63%	82%	72%	69%	44%	53%	76%
Não respondeu.	25%	31%	45%	35%	11%	24%	26%	7%	21%	27%	55%	27%	24%

Fone: Sondagem Especial da CNI. Ano 5, N.º 1, março de 2007

Relação Comercial China Brasil

Tabela 09 - Transferência de produção para a China parte II

Alternativas	Total	Limpeza e Perfumaria	Borracha	Plástico	Minerais Não-metálicos	Metalurgia Básica	Produtos de Metal	Máquinas e Equipamentos	Máquinas e Equipamentos Elétricos	Mat. Eletrônico e de Comunicação	Equipamentos Hospitalares de previsão	Vaículos automotores	Outros Eq. de Transporte	Móveis	Outros
Já produz através de terceirização da produção com empresas chinesas.	1%	0%	0%	2%	1%	1%	1%	0%	2%	6%	0%	0%	0%	0%	2%
Já produz com fábrica própria na China.	2%	0%	3%	2%	3%	0%	2%	3%	9%	10%	6%	10%	0%	0%	9%
Não produz, mas pretende terceirizar parte da produção.	3%	3%	9%	2%	1%	0%	6%	5%	7%	10%	10%	5%	0%	3%	0%
Não produz, mas pretende instalar fábrica na China.	1%	3%	0%	2%	1%	0%	2%	0%	0%	0%	0%	2%	0%	0%	0%
Outras ações ou intenções de investir na China.	1%	0%	0%	2%	0%	1%	2%	0%	0%	0%	3%	6%	7%	0%	0%
Não produz e não pretende produzir.	66%	63%	63%	63%	60%	81%	68%	78%	65%	55%	65%	66%	87%	70%	70%
Não respondeu.	25%	31%	25%	29%	35%	16%	18%	14%	17%	19%	16%	11%	7%	27%	18%

Fonte: Sondagem Especial da CNI, Ano 5, N° 1, março de 2007

Uma pesquisa feita pela CNI em 2007, denominada de Sondagem Especial, mostrou através das tabelas 9 parte I e II as opções que as empresas brasileiras estavam adotando como forma de enfrentar a invasão de produtos chineses no Brasil e no mundo. Foram enumerados 6 dos caminhos mais citados como respostas pelas empresas brasileiras de vários setores: a produção através da terceirização da produção com empresas chinesas; produção com fábrica própria na China; ainda não começou, mas pretende fazer uma terceirização da produção; ainda não se instalou, mas pretende por sua fábrica na China; ações de investir na China de outras formas; e, não produz nem pretende produzir na China.

Pode-se observar que poucos setores tiveram a iniciativa de abrir uma indústria em território chinês, ou pretendem iniciar produção (própria ou terceirizada) naquele mercado. Apenas os setores mais afetados pela concorrência chinesa foram buscar as vantagens que o próprio território chinês oferece como o caso das indústrias têxteis, de calçados e vestuários; de equipamentos elétricos e hospitalares e equipamentos eletrônicos e de comunicação. A maioria dos setores, porém, não instalou e nem pretende instalar filiais na China devido aos problemas que serão mostrados abaixo.

Para facilitar a compreensão das vantagens e desvantagens de ter uma empresa em território chinês, foram selecionados para esse trabalho, alguns casos de empresas nacionais e de multinacionais que se instalaram na China.

Dentre as cinco empresas brasileiras que tentaram se instalar na China está a Gerdau, uma companhia que entrou no país visando vender aço para a indústria automotiva chinesa, a segunda maior no mundo. A Gerdau enfrentou o grande problema da mudança de legislação empresarial. O governo chinês recentemente modificou as leis locais e declarou que o setor siderúrgico passou a ser considerado estratégico. Devido a isso, o governo local não aprova a entrada de indústrias de nacionalidade não chinesa no setor. A partir daquela data, as empresas estrangeiras só poderiam continuar

nesse mercado se arrumassem um parceiro chinês. Essa nova regra obrigou a Gerdau a procurar um sócio chinês.

Associar-se a um parceiro local pode trazer vantagens a uma empresa quando se analisa que o sócio pode auxiliar nas relações com o governo e em potenciais clientes estatais. Entretanto, encontrar um parceiro verdadeiramente influente tem sido uma das maiores dificuldades para as empresas; como no caso da Sadia que de 1994 a 2006 manteve uma churrascaria em Xangai com um parceiro chinês, pois acreditava que conseguiria exportar frango do Brasil com mais facilidade. Para a infelicidade da companhia e perda de investimentos, o parceiro comercial escolhido pela Sadia não tinha a influência que se esperava e as exportações não foram feitas.⁶⁵

Os empresários brasileiros dizem que o maior problema dessas parcerias é a cultura oriental dos negócios. Na visão dos chineses não existe ética comercial, apenas lucros, que eles não pretendem dividir. Apesar de a China ter assinado um compromisso de respeitar os direitos de propriedade intelectual (Acordo de TRIPS) quando aderiu à OMC, não se observa a implementação de fato desse compromisso, não sendo observada qualquer política pelo governo chinês que efetivamente iniba a pirataria e outras práticas condenadas pelo Acordo. Na China “nada se cria, tudo se imita” e muito vezes com produtos de menor qualidade para diminuir os preços. Um caso recente foi o da empresa francesa Danone. A Danone se filiou a um sócio chinês que faz parte do grupo Wahaha, maior fabricante de bebidas da China. Os franceses acusaram o Wahaha de vender os produtos da associação com outras marcas, ficando com todo o lucro das vendas. Esse mesmo problema aconteceu com a Volkswagen que teve suas peças utilizadas num carro chinês da fábrica Chery que tinha como sócio o parceiro da Volkswagen através da Saic. Estima-se em 60 bilhões de dólares anuais o prejuízo causado pela

⁶⁵ Dados retirados da revista Exame, edição especial, O Ano da China, 18/06/2008. Pag. 53.

pirataria no país. Estima-se que 400 mil parcerias tenham sido feitas na China nos últimos 20 anos, sendo que menos de 20% deram certo.⁶⁶

Cabe registrar que as medidas adotadas pelo governo chinês como tentativa de reduzir a pirataria no país e de se adequar aos acordos internacionais sobre a matéria, não tem sido consideradas suficientes, conforme pode ser ilustrado pela recente controvérsia no âmbito da OMC (China – Measures Affecting The Protection And Enforcement Of Intellectual Property Rights, WT/DS362/R) Países como o exemplo dos Estados Unidos, estão entrando com processo para que a China seja punida por roubo de segredos industriais e pirataria.

Existe ainda a dificuldade da língua. A China possui muitos dialetos diferentes e os chineses se aproveitam da dificuldade dos estrangeiros para se unirem e copiarem a tecnologia das fábricas e criarem suas próprias indústrias.

Infelizmente o governo chinês nada faz para fiscalizar ou punir atitudes como essa. Assim, apesar de ser um mercado promissor, possui dificuldades significativas e que muitas vezes são decisivas para os empresários escolherem instalar suas fábricas em outros países próximos da China.⁶⁷

Diante desse histórico de fraudes e roubos de segredos industriais, algumas empresas brasileiras, como a Maxion (fabricante de rodas e chassis) e Fras-le (fabricando de lonas, pastilhas) – assim como a Marcopolo (produtora de carrocerias de ônibus), vão abrir fábricas com o capital 100% brasileiro. Essa decisão não significa que não terão problemas, a exemplo da empresa catarinense Weg, uma das maiores fabricantes de motores do mundo. No final de 2004, a Weg comprou uma fábrica estatal na cidade de Nantong, próximo a Xangai, e passou a enfrentar outro grave problema na China: a mão-de-obra. A mão-de-obra chinesa apesar de barata não é dedicada nem fiel e muito

⁶⁶ Dados retirados na revista Exame: O Ano da China, Ed.920 de 18 de junho de 2008.

⁶⁷ Dados retirados na revista Exame: O Ano da China, Ed.920 de 18 de junho de 2008.

menos obediente as regras e diretrizes da empresa. Com 360 funcionários à sua disposição, a diretoria da Weg trouxe um estrangeiro para gerenciar as operações. Essa estratégia não foi benéfica. Os funcionários estavam acostumados a trabalhar em um ritmo lento de empresas estatais e não aceitavam receber ordens, muitas vezes combinava-se uma ação e os funcionários executavam outra. Em pouco tempo a empresa teve problemas com greves e grandes prejuízos se acumularam, sendo obrigada a colocar gerentes chineses no lugar.⁶⁸

As empresas brasileiras, assim como outras empresas que se instalam na China, estão enfrentando graves problemas de entrosamento, entre a experiência e expertise ocidental com a forma de trabalho e as leis chinesas. Apesar, desses problemas não terem ainda sido resolvidos e que não haja nenhuma atitude concreta do governo para que essa situação se modifique, algumas empresas continuam tentando criar acordos com os chineses, seja através da formação de parceiras ou através de investimentos externo diretos, que serão mostrados abaixo.

No final de 2007 ocorreu o Seminário Empresarial Brasil-China de Comércio e Investimento – Perspectivas para o Século 21, que reuniu cerca de 800 empresários brasileiros e chineses no Beijing Internacional Hotel, em Pequim. Neste evento quatorze acordos empresariais foram assinados e foi instalado oficialmente o Conselho Empresarial Brasil-China, que vai intermediar negócios entre os dois países.

Quatro acordos envolveram a Companhia Vale do Rio Doce e siderúrgicas chinesas, sendo o mais importante deles o que cria, com a Shanghai Baosteel Group, uma joint venture para a construção do Pólo Siderúrgico de São Luiz (MA), com vistas a produzir 3,8 milhões de toneladas de aço. Está no acordo também a implementação de linha de transporte marítimo entre os dois países

⁶⁸ Dados retirados na revista Exame: O Ano da China, Ed.920 de 18 de junho de 2008.

e o desenvolvimento, na China, de projeto de produção de carvão para exportação para o Brasil.

Em outro acordo, a Vale e a Yukuang Group pretendem desenvolver projeto de produção de carvão no mercado chinês, com exportação para o Brasil e para terceiros mercados. A mineradora brasileira fez ainda um acordo para produção, processamento e venda de carvão em parceria com as empresas Yongcheng Coal & Electricity Group e a Shanghai Baosteel. Com a China Aluminium Company (Chalco), a Vale firmou parceria para exploração de bauxita e produção de alumina. “Estamos muito entusiasmados, porque a Chalco é uma empresa forte, com mercado importantíssimo e quer desenvolver essa parceria com Brasil”.⁶⁹

Houve também acordo entre a Petrobrás e a Sinopec, para exploração de petróleo em terceiros países. Os primeiros países previstos para o investimento são Equador e Irã.

Além dos acordos voltados para a implementação de empresas com parceira brasileira na China, a Central Termelétrica do Sul e a China National Machinery and Equipment Import and Export Corporate (CMEC) vão construir uma usina termelétrica a carvão em Cachoeira do Sul, no Rio Grande do Sul. A Companhia Siderúrgica do Pará firmou convênio com a Minmetals Trading, para aquisição de equipamentos chineses e exportação de minério para a China. A Companhia de Comercio Exterior (Comex) e a China Brazil Investment, Development & Trade farão intercâmbio de coque metalúrgico, ferro gusa, algodão e açúcar.

Como pode ser observado, a maioria dos acordos firmados entre brasileiros e chineses estão na área de minérios como: ferro, aço, carvão mineral, petróleo

⁶⁹ Discurso feito pelo presidente da Companhia Vale do Rio Doce, Roger Agneli, sobre o acordo firmado com uma empresa chinesa durante o Seminário Empresarial Brasil-China de Comércio e Investimento – perspectivas para o século 21, divulgado no site: http://www.portaldopolitico.com.br/jornalismo/brasil_china2.htm, 23 de outubro de 2008. 14:17h

e grande parte voltada para investimentos dentro do Brasil. Isso ocorre devido ao fato da China está investindo fortemente em construção civil, criando assim uma demanda por produtos.⁷⁰

Também foram firmados convênios para fabricação de motocicletas entre a Companhia Brasileira de Bicicletas e a Jinan Qingqi Motorcyclo, um dos principais objetivos desse acordo é a redução de medidas antidumping sobre a China nesse setor.⁷¹ Como foi apresentados no item acima, as bicicletas estão entre os alvos das medidas antidumping brasileiras impostas à China.

A Telemar, a Norte Leste (OI) e a China Móbile fizeram acordo de roaming internacional, que permite que, com um único número e um único aparelho, o cliente possa receber e efetuar ligações entre os dois países. O mercado chinês além de grande está interessado em aderir novas tecnologias seguindo o estilo de vida capitalista.⁷²

No ano de 2008 a China Mobile fez uma promoção barateando o preço da linha telefônica de aparelhos celulares, em apenas três meses de promoção a empresa ganhou mais de 3 milhões de clientes. O Brasil identificou que pode aproveitar essa explosão de consumo dos chineses em todos os setores e por isso também se observam alguns acordos entre empresas brasileiras e chinesas envolvendo áreas de maior conteúdo tecnológico – como serviços de telefonia e empresas aéreas.⁷³

⁷⁰ Dados retirados na revista Exame: O Ano da China, Ed.920 de 18 de junho de 2008.

⁷¹ Seminário Empresarial Brasil-China de Comércio e Investimento – perspectivas para o século 21, divulgado no site: http://www.portaldpolitico.com.br/jornalismo/brasil_china2.htm, 23 de outubro de 2008. 14:17h

⁷² Seminário Empresarial Brasil-China de Comércio e Investimento – perspectivas para o século 21, divulgado no site: http://www.portaldpolitico.com.br/jornalismo/brasil_china2.htm, 23 de outubro de 2008. 14:17h

⁷³ Seminário Empresarial Brasil-China de Comércio e Investimento – perspectivas para o século 21, divulgado no site: http://www.portaldpolitico.com.br/jornalismo/brasil_china2.htm, 23 de outubro de 2008. 14:17h

A outra carta foi entre a empresa de exportação Três Marias e a Chinapack Hua Yuan Internacional Economic Cooperation para venda de café solúvel brasileiro.

CONCLUSÃO

Durante todo esse trabalho de monografia buscou-se compreender a relação comercial que o Brasil e China desenvolveram de 1995 até 2005. Com o estudo histórico e macroeconômico no primeiro capítulo, pode-se notar que ambos os países eram considerados pelo mundo como economias subdesenvolvidas que necessitavam de grandes investimentos na área social. No curto período de dez anos, a partir da crise de 1980, esses dois países começaram a se afastar. A China começou a desenvolver a sua economia que estava adormecida, mas que demonstrou ter um grande potencial. O Brasil, por sua vez, acumulou problemas de inflação e instabilidade econômicas que causaram a estagnação da sua economia.

A relação comercial entre esses dois países já ocorria antes dos anos 80, mas com a entrada dos anos 90, a China apresentava ao mundo seu vasto aparato industrial. As relações comerciais entre esses países se estenderam, o comércio bilateral cresceu de US\$ 2 trilhões em 1995 para US\$ 12 trilhões em 2005.

Infelizmente, a pauta de exportação do Brasil para China ainda é muito limitada a produtos primários e semimanufaturados. Por outro lado, a pauta de exportação chinesa para o Brasil é bem variada. Devido a isso, as empresas brasileiras estão sentindo a feracidade da economia chinesa. Como foi analisado no segundo capítulo desta monografia, muitos setores da economia brasileira estão sendo afetados pelos produtos chineses e muitas empresas não estão conseguindo se manter, como por exemplo: indústrias do setor têxtil, de calçados, couro e madeira.

Muitas empresas brasileiras estão tentando, através da melhoria da qualidade de seus serviços, da redução de custos, se tornarem mais competitivas. Porém, outras ações também estão sendo usadas para conter a invasão de produtos chineses. No terceiro capítulo, foram mostradas algumas das estratégias

adotadas pelas empresas brasileiras para conseguirem competir com os produtores chineses.

Primeiramente são usadas as medidas antidumping, que irão impor aos produtos chineses que obtiverem a prática do dumping, uma sobretaxa de importação, elevando o preço do produto chinês no Brasil. Outra estratégia adotada por algumas empresas brasileiras é transferência para a China, em busca das vantagens comparativas do lugar e outras preferem criar de parcerias.

De todo o trabalho, pode-se concluir que a relação comercial China Brasil ainda está caminhando em passos lentos, com um grande e promissor caminho pela frente. A China está se adaptando cada vez mais às normas de mercado internacional/ocidental, o que facilita o comércio com o Brasil, mas também deixa todo o mundo mais propício a comercializar com a China. Esse trabalho mostrou que todo o mundo está interessado no mercado consumidor chinês, assim como nas vantagens proporcionadas pela sua mão-de-obra barata, abundante, e na matéria-prima que a imensidão de seu território oferece, mas para conquistar esses objetivos muitos empresários terão que se adaptar às leis e costumes locais, uma vez que o povo chinês é tradicional e conservador aos seus costumes milenares.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CASTRO, Lavínia Barros de. *Privatização, Abertura e Desindexação: A Primeira Metade dos Anos 90*, Cap. 6. Editora ELSEVIER. Livro: Economia Brasileira Contemporânea (1945-2004). Ed. Campus. 2005
- CID FERREIRA, Edemar. *Dinamismo Chinês Contagia o Brasil*. In “Revista Parceria Brasil-China”, p.65, CBDC, Maio 2004, Ano 2, número especial.
- CNI, *Concorrência com Produtos da China Afeta uma em cada quatro empresas industriais brasileiras*. Sondagem Especial da Confederação Nacional das Indústrias, Ano 5, nº 1, Brasília, março 2007.
- DE KEIJZER, Arme J. China: *Estratégia para um Mercado Emergente*. Lisboa: Difusão Cultural, 1994; e SHENKAR, Oded. O século da China. Porto Alegre: Bookman, 2005.
- DE SOUZA, Luiz Eduardo Simões e Pires, Marcos Cordeiro: *Brasil e China na Globalização*. Cidade, Editora LCTE, 2008.
- GIAMBIAGI, Fábio. *Estabilização, Reformas e Desequilíbrios Macroeconômicos: Os Anos FHC*, Cap. 7, Cidade, Editora ELSEVIER. 2005
- GOYOS JR, Durval de Noronha. *A China pós-OMC: direito e comércio*. São Paulo, Editora: Observador legal, 2004.
- KOOGAN/HOUAISS: Enciclopédia e Dicionário ilustrado, pag., 259, Editora Delta, 1998.
- LIU, Paul. *Seminário- Brasil e China: uma parceria estratégica (a cooperação política, a cooperação tecno-científica e as relações econômico-comerciais)*. 2007
- LIMA, Paula ALVES de. *Olho no olho*. In “Revista Parceria Brasil-China”, pag.10, 2004.
- MEDEIROS, Carlos Aguiar de. *A China como um duplo pólo na economia mundial e a recentralização da economia asiática*. Rev. Econ. Polit., Set 2006, vol.26, no.3, pag.381-400.
- MELLO, Patrícia Campos. *O mundo tem medo da China? Nós também*. São Paulo: Terceiro Nome, 2005.
- MDIC (Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Externo), *Relatório Decom*, Nº 11, Brasília, 2007.
- OLIVEIRA, Carlos Tavares. *Exportação: o exemplo chinês*. IN: Revista Visão da China. Ano 15 ed. 2007.
- OLIVEIRA, Henrique Altemani de. *Os blocos asiáticos e o relacionamento Brasil-Ásia*. São Paulo Perspec. [online]. 2002, vol. 16, Nº. 1, pag. 114-124.

PINTO, Paulo Antônio Pereira. *China: a ascensão pacífica da Ásia Oriental*. Rev. bras. polít. int., Dez 2005, vol.48, Nº 2, pag.70-85.

PORTARI, Douglas. *Histórico da Parceria*. In Revista Parceria Brasil-China, pag.10, Ano 1, número 01, julho-agosto de 2003.

Revista Exame, *O Ano da China*, Edição Especial Dupla 920, Ano 42, Nº 11, 18/06/2008.

SILBERT, SANTILLÁN, G J. *Um aporte a la comprensión de La república Popular China hoy: economía, intervención estatal y consecuencias socilaes*. Revista Herrmienta, Nº 29. Buenos Aires, Argentina: Junho, 2005.

VIEIRA, Flávio Vilela. *China: crescimento econômico de longo prazo*. Rev. Econ. Polit., Set 2006, vol.26, Nº.3, pag.401-424.

YU W. & S. E. FRANDSEN. *Chinas WTO Commitments in Agriculture: Does the Impact Depend on OECD Agricultural Policies?*. 5th Annual Conference on Global Economics Analysis, Taipei and International Conference on China and the World Economy, Hong Kong. 2002.

Sites Utilizados:

Álvaro Bufarah, Para a Câmara de Comércio Brasil-China as Relações Comerciais vão Aumentar, Câmara Brasil China, 22 de Outubro de 2008. Disponível em: www.ccibc.com.br/pg_dinamica/bin/pg_dinamica.php?id_pag=995

Carlos Tavares, Exportação: O exemplo Chinês. Revista Visão da China, ano 15, Ed. 2007. Disponível em: http://www.ccibc.com.br/pg_dinamica/bin/pg_dinamica.php?id_pag=26.

Discurso do Presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, Perspectivas para o século 21, Seminário Empresarial Brasil-China de Comércio e Investimento, Portal Político, 23 de outubro de 2008. Disponível em: www.portalpolitico.com.br/jornalismo/brasil_china2.htm

Discurso do presidente da Companhia Vale do Rio Doce, Roger Agneli, Perspectivas para o século 21, Seminário Empresarial Brasil-China de Comércio e Investimento, Portal Político, 23 de outubro de 2008. Disponível em: www.portalpolitico.com.br/jornalismo/brasil_china2.htm

Luís Filipe Vellozo de Sá, Índice da Percepção de Corrupção 2003. Transparência Capixaba, 06 de janeiro de 2009. Disponível em: www.transparenciacapixaba.org.br.

Monica Weinberg, Será que cabe mais um? O país mais populoso do mundo enfrenta problemas demográficos imprevistos: a escassez de mulheres e o envelhecimento da população. Revista Veja-Online, 03 de fevereiro de 2009. Disponível em: www.veja.abril.com.br/idade/exclusivo/090806/p_182.html.

www.indexmundi.com, outubro de 2008 a março de 2009.

UNCTAD Handbook Statistics Online, outubro de 2008 a março de 2009. Disponível em: www.unctad.org/Templates/Page.asp?intItemID=1890

Falha Olímpica, PIME (Pontifício Instituto Missões no Exterior) Online, 20 de Outubro de 2008. Disponível em: www.pime.org.br/noticias2008/noticiaschina176.htm

Trade Statistics for International Business Development, outubro de 2008 a março de 2009. Disponível em: www.trademap.org/Bilateral_TS.aspx

Relação Comercial China Brasil

ANEXO I - Países que mais Importam do Brasil

Importadores	2001			2002			2003			2004			2005		
	Ordem	Valores	Porcentagem	Ordem	Valores	Porcentagem	Ordem	Valores	Porcentagem	Ordem	Valores	Porcentagem	Ordem	Valores	Porcentagem
Mundo	Total	58.222.604,00	100%	Total	60.438.648,00	100%	Total	73.203.224,00	100%	Total	96.677.248,00	100%	Total	118.528.688,00	100%
União Européia 15	1	14.879.922,00	25,5%	2	15.156.891,00	25,1%	1	18.160.790,00	24,8%	1	23.480.571,00	24,3%	1	25.723.232,00	21,7%
Estados Unidos	2	14.379.084,00	24,7%	1	15.559.315,00	25,7%	2	16.937.180,00	23,1%	2	20.403.166,00	21,1%	2	22.810.092,00	19,2%
Argentina	3	5.002.458,00	8,6%	4	2.346.508,00	3,9%	3	4.569.768,00	6,2%	3	7.390.967,00	7,6%	3	9.930.153,00	8,4%
China	5	1.902.078,00	3,3%	3	2.520.979,00	4,2%	4	4.533.363,00	6,2%	4	5.441.746,00	5,6%	4	6.834.997,00	5,8%
México	6	1.868.227,00	3,2%	5	2.345.565,00	3,9%	5	2.747.080,00	3,8%	5	3.957.953,00	4,1%	5	4.073.738,00	3,4%
Chile	7	1.351.906,00	2,3%	7	1.464.799,00	2,4%	7	1.886.979,00	2,6%	7	2.555.916,00	2,6%	6	3.623.663,00	3,1%
Japão	4	1.986.248,00	3,4%	6	2.102.539,00	3,5%	6	2.315.632,00	3,2%	6	2.774.247,00	2,9%	7	3.482.616,00	2,9%
Rússia	8	1.102.569,00	1,9%	8	1.252.511,00	2,1%	8	1.500.226,00	2,0%	8	1.658.048,00	1,7%	8	2.917.435,00	2,5%
Venezuela	9	1.092.138,00	1,9%	10	798.974,00	1,3%	+ de 10			9	1.469.802,00	1,5%	9	2.223.706,00	1,9%
Canadá	+ de 10			+ de 10			10	979.805,00	1,3%	+ de 10			10	1.947.275,00	1,6%
República da Coreia	10	736.469,00	1,3%	9	852.571,00	1,4%	9	1.223.282,00	1,7%	10	1.429.554,00	1,5%	+ de 10		

FONTE: Elaboração própria baseada no site: http://www.trademap.org/Bilateral_TS.aspx em 18 de fevereiro de 2009, mostra os países que importam do Brasil com valores em milhões de dólares e porcentagem. Os países que compõem a União Européia 15 são: Holanda, Alemanha, Itália, Bélgica, França, Espanha, Reino Unido, Portugal, Suécia, Finlândia, Grécia, Irlanda, Dinamarca, Áustria e Luxemburgo.

Relação Comercial China Brasil

ANEXO II - Relação Comercial Brasil China

China Exporta para o Brasil				Brasil Exporta para a China			
Ano 2005				Ano 2005			
Produtos	Ordem	Valores	Porcentagem	Produtos	Ordem	Valores	Porcentagem
Todos os Produtos	0	5.354.519,00	100%	Todos os Produtos	0	6.834.997,00	100%
Equipamentos eletrônicos	1	2.138.105,00	39,9%	Minério	1	1.891.778,00	27,7%
Reatores nucleares, boilers, maquinário, etc	2	760.840,00	14,2%	Óleo de semente, óleo de fruta, grãos, semente, frutas	2	1.717.113,00	25,1%
Produtos químicos orgânicos	3	396.016,00	7,4%	Combustível mineral, óleo e produtos destilados	3	558.074,00	8,2%
Equipamento ótico, fotográfico, médico, etc	4	370.185,00	6,9%	Ferro e aço	4	527.791,00	7,7%
Combustível mineral, óleo e produtos destilados	5	185.897,00	3,5%	Polpa de madeira, material de fibra de celulose, etc	5	270.051,00	4,0%
Fibras	6	168.263,00	3,1%	Reatores nucleares, boilers, maquinário, etc	6	259.182,00	3,8%
Brinquedos, jogos e equipamentos esportivos	7	96.240,00	1,8%	Couro e pele de animais crus	7	250.217,00	3,7%
Veículos ferroviários e equipamentos	8	90.158,00	1,7%	Tabaco e substituto manufaturado do tabaco	8	248.822,00	3,6%
Produtos químicos inorgânicos e metais preciosos	9	88.659,00	1,7%	Animal, gordura vegetal e óleo, produtos de clivagem, etc	9	172.098,00	2,5%
Artigos de ferro e aço	10	85.207,00	2%	Madeira e artigos de madeira	10	148.008,00	2%
Calçados e cintos de couro	11	81.532,00	1,5%	Algodão	11	93.099,00	1,4%
Vestuário, acessórios, exceto de trico e croche	12	80.788,00	1,5%	Plástico e artigos de plástico	12	88.815,00	1,3%
Plástico e artigos de plástico	13	73.426,00	1,4%	Carne e derivados	13	85.355,00	1,2%
Borracha e artigos de borracha	14	65.918,00	1,2%	Equipamentos eletrônicos	14	71.925,00	1,1%
Artigos de couro, tripas animais e couraça	15	59.544,00	1,1%	Sal, enxofre, terra, pedra, óxido de cálcio e cimento	15	60.810,00	0,9%
Ferro e Aço	16	48.720,00	0,9%	Veículos ferroviários e equipamentos	16	55.282,00	0,8%
Vegetais comestíveis, raiz e tubérculos	17	39.608,00	0,7%	Produtos químicos orgânicos	17	43.658,00	0,6%
Tintas, pigmentos, etc	18	34.000,00	0,6%	Produtos químicos inorgânicos e metais preciosos	18	42.851,00	0,6%
Vestuário, acessórios, incluindo de trico e croche	19	31.378,00	1%	Vegetais, frutas, nozes	19	38.792,00	1%
Artigos manufaturados variados	20	30.134,00	0,6%	Borracha e artigos de borracha	20	22.017,00	0,3%

FONTE: Elaboração própria baseada no site: http://www.trademap.org/Bilateral_TS.aspx em 18 de fevereiro de 2009. Os valores estão em milhões de dólares.

Relação Comercial China Brasil

ANEXO III - Produtos que o Brasil Exporta para o Mundo

Ano	Produtos	2001			2002			2003			2004			2005		
		Ordem	Valores	Porcentagem	Ordem	Valores	Porcentagem	Ordem	Valores	Porcentagem	Ordem	Valores	Porcentagem	Ordem	Valores	Porcentagem
Todos os Produtos		Total	58.222.604,00	100,0%	Total	60.438.648,00	100,0%	Total	73.203.224,00	100,0%	Total	96.677.248,00	100,0%	Total	118.528.688,00	100,0%
Veículos ferroviários e equipamentos		1	4.423.711,00	7,6%	1	4.479.909,00	7,4%	1	6.048.385,00	8,3%	1	8.394.716,00	8,7%	1	11.544.078,00	9,7%
Reatores nucleares, boilers, maquinário, etc		2	4.230.500,00	7,3%	2	4.247.023,00	7,0%	2	5.649.702,00	7,7%	2	7.806.168,00	8,1%	2	9.772.378,00	8,2%
Ferro e aço		6	2.846.610,00	4,9%	3	3.459.874,00	5,7%	3	4.701.983,00	6,4%	3	6.709.819,00	6,9%	3	8.548.649,00	7,2%
Miúdos		5	3.128.618,00	5,4%	4	3.192.320,00	5,3%	6	3.643.940,00	5,0%	6	5.237.143,00	5,4%	4	8.024.755,00	6,8%
Carne e derivados		8	2.552.735,00	4,4%	9	2.751.280,00	4,6%	7	3.640.954,00	5,0%	4	5.548.729,00	5,7%	5	7.178.620,00	6,1%
Combustível mineral, óleo e produtos destilados		11	2.092.494,00	3,6%	7	2.951.225,00	4,9%	5	3.796.209,00	5,2%	7	4.421.900,00	4,6%	6	7.100.427,00	6,0%
Equipamentos Eletrônicos		4	3.207.338,00	5,5%	5	3.100.201,00	5,1%	8	3.175.981,00	4,3%	10	3.355.269,00	3,5%	7	5.460.993,00	4,6%
Óleo de semente, óleo de fruta, grãos, semente, frutas		7	2.756.827,00	4,7%	6	3.069.982,00	5,1%	4	4.338.706,00	5,9%	5	5.473.852,00	5,7%	8	5.425.243,00	4,6%
Açúcar		9	2.401.061,00	4,1%	11	2.211.653,00	3,7%	10	2.291.543,00	3,1%	12	2.821.831,00	2,9%	9	4.102.456,00	3,5%
Aerossave e material relacionado		3	3.553.613,00	6,1%	8	2.799.714,00	4,6%	12	2.080.712,00	2,8%	9	3.372.123,00	3,5%	10	3.303.667,00	2,8%
Madeira e artigos de madeira		13	1.491.390,00	2,6%	12	1.766.369,00	2,9%	11	2.082.457,00	2,8%	11	3.045.214,00	3,1%	11	3.032.952,00	2,6%
Resíduos, sobra de comida industrial e alimento de gado		10	2.165.308,00	3,7%	10	2.298.913,00	3,8%	9	2.711.796,00	3,7%	8	3.400.931,00	3,5%	12	2.997.947,00	2,5%
Café, chá, mate e pimenta		14	1.339.942,00	2,3%	14	1.331.394,00	2,2%	16	1.423.614,00	1,9%	14	1.891.914,00	2,0%	13	2.669.066,00	2,3%
Commodities não especificada		16	1.186.054,00	2,0%	19	1.044.259,00	1,7%	20	1.229.351,00	1,7%	20	1.470.796,00	2,0%	14	2.178.927,00	1,8%
Plástico e artigos de plástico		23	843.693,00	1,4%	24	833.037,00	1,4%	21	1.173.035,00	1,6%	19	1.520.429,00	2,1%	15	2.043.670,00	1,7%
Pólvora de madeira, material de fibra de celulose, etc		15	1.247.590,00	2,1%	16	1.161.240,00	1,9%	13	1.744.467,00	2,4%	16	1.722.373,00	1,8%	16	2.033.898,00	1,7%
Calçados e cintos de couro		12	1.684.318,00	2,9%	13	1.518.628,00	2,5%	14	1.625.456,00	2,2%	13	1.903.813,00	2,0%	17	1.984.458,00	1,7%
Alumínio e artigos de alumínio		17	1.165.847,00	2,0%	15	1.263.866,00	2,1%	15	1.303.069,00	2,1%	15	1.869.249,00	1,9%	18	1.938.409,00	1,6%
Produto químicos orgânicos		37	323.938,00	0,6%	18	1.102.317,00	1,8%	18	1.305.512,00	1,8%	18	1.542.554,00	1,6%	19	1.916.911,00	1,6%
Tabaco e substituto manufaturado do tabaco		18	944.316,00	1,6%	20	1.008.228,00	1,7%	22	1.090.318,00	1,5%	21	1.425.827,00	1,5%	20	1.706.564,00	1,4%

FONTE: Elaboração própria baseada no site: http://www.trademap.org/Bilateral_TS.aspx em 18 de fevereiro de 2009.

Relação Comercial China Brasil

ANEXO IV - Produtos que a China Exporta para o Mundo																
Ano	Produtos	2001			2002			2003			2004			2005		
		Ordem	Valores	Porcentagem	Ordem	Valores	Porcentagem	Ordem	Valores	Porcentagem	Ordem	Valores	Porcentagem	Ordem	Valores	Porcentagem
Todos os Produtos		Total	266.098.112,00	100,0%	Total	325.595.968,00	100,0%	Total	438.227.776,00	100,0%	Total	593.325.568,00	100,0%	Total	761.953.408,00	100,0%
		1	51.299.472,00	19,3%	1	65.113.880,00	20,0%	1	88.957.088,00	20,3%	1	129.652.032,00	21,9%	1	172.313.776,00	22,6%
Equipamentos Eletrônicos		2	33.579.000,00	12,6%	2	50.807.100,00	15,6%	2	83.377.288,00	19,0%	2	118.132.240,00	19,9%	2	149.604.352,00	19,6%
Reatores nucleares, boilers, maquinário, etc																
Vestuário, acessórios, exceto de trico e croche		3	18.952.044,00	7,1%	3	20.582.500,00	6,3%	3	25.079.038,00	5,7%	3	28.980.870,00	4,9%	3	35.030.828,00	4,6%
Vestuário, acessórios, incluindo de trico e croche		4	13.455.945,00	5,1%	4	15.985.674,00	4,9%	4	20.678.076,00	4,7%	4	25.802.556,00	4,3%	4	30.870.776,00	4,1%
Equipamento ótico, fotográfico, médico, etc		11	6.445.844,00	2,4%		7.362.081,00	2,3%	9	10.557.580,00	2,4%	6	16.218.177,00	2,7%	5	25.479.424,00	3,3%
Móveis, lâmpada, fanol, produtos pré-fabricados		8	7.559.203,00	2,8%	7	9.854.222,00	3,0%	7	12.895.125,00	2,9%	5	17.318.596,00	2,9%	6	22.361.426,00	2,9%
Brinquedos, jogos e equipamentos esportivos		6	9.081.944,00	3,4%	5	11.600.682,00	3,6%	5	13.279.562,00	3,0%	8	15.091.568,00	2,5%	7	19.123.740,00	2,5%
Calçados e itens de couro		5	10.095.769,00	3,8%	6	11.090.084,00	3,4%	6	12.954.806,00	3,0%	7	15.202.613,00	2,6%	8	19.062.504,00	2,5%
Artigos de ferro e aço		12	6.012.418,00	2,3%	12	7.261.984,00	2,2%	12	9.446.842,00	2,2%	10	13.746.152,00	2,3%	9	19.032.492,00	2,5%
Plástico e artigos de plástico		10	6.696.691,00	2,5%	9	8.036.055,00	2,5%	10	9.978.477,00	2,3%	11	13.105.642,00	2,2%	10	17.782.740,00	2,3%
Combustível mineral, óleo e produtos destilados		7	8.404.769,00	3,2%	8	8.435.394,00	2,6%	8	11.114.261,00	2,5%	9	14.480.415,00	2,4%	11	17.622.652,00	2,3%
Veículos ferroviários e equipamentos		13	4.777.139,00	1,8%	13	5.792.861,00	1,8%	13	8.097.016,00	1,8%	12	11.823.065,00	2,0%	12	16.594.447,00	2,2%
Ferro e aço		23	2.237.555,00	0,8%	27	2.307.112,00	0,7%	21	3.417.265,00	0,8%	13	11.466.727,00	1,9%	13	15.089.710,00	2,0%
Produtos químicos orgânicos		14	4.598.779,00	1,7%	14	5.567.158,00	1,7%	14	7.131.466,00	1,6%	15	9.092.485,00	1,5%	14	12.132.620,00	1,6%
Artigos de couro, tripas animais e couroça		9	6.988.197,00	2,6%	10	7.828.005,00	2,4%	11	9.511.144,00	2,2%	14	10.258.925,00	1,7%	15	11.420.303,00	1,5%
Outros artigos feitos de tecido, roupas quentes		15	3.700.200,00	1,4%	16	4.394.856,00	1,3%	16	6.168.992,00	1,4%	16	7.783.716,00	1,3%	16	10.336.098,00	1,4%
Algodão		16	3.658.079,00	1,4%	15	4.894.167,00	1,5%	15	6.220.090,00	1,4%	17	6.587.247,00	1,1%	17	7.437.870,00	1,0%
Produtos químicos inorgânicos e pedras preciosas		17	2.862.457,00	1,1%	17	3.029.433,00	0,9%	19	3.595.191,00	0,8%	22	4.840.196,00	0,8%	18	6.944.126,00	0,9%
Madeira e artigos de madeira		21	2.304.912,00	0,9%	20	2.830.210,00	0,9%	20	3.466.124,00	0,8%	21	5.014.672,00	0,8%	19	6.408.678,00	0,8%
Trem, estrada de ferro, locomotivas e equipamentos relacionados		22	2.275.903,00	0,9%	24	2.391.726,00	0,7%	17	4.034.240,00	0,9%	18	5.495.127,00	0,9%	20	6.406.091,00	0,8%

FONTE: Elaboração própria baseada no site: http://www.trademap.org/Bilateral_TS.aspx em 18 de fevereiro de 2009.

Relação Comercial China Brasil

ANEXO V - Relação de Países que Importam da China

Importadores da China	2001			2002			2003			2004			2005		
	Ordem	Valores	Porcentagem	Ordem	Valores	Porcentagem	Ordem	Valores	Porcentagem	Ordem	Valores	Porcentagem	Ordem	Valores	Porcentagem
Mundo	Total	266.098.112,00	100,0%	Total	438.227.776,00	100,0%	Total	593.325.568,00	100,0%	Total	761.953.408,00	100,0%	Total	1.061.953.408,00	100,0%
Estados Unidos	1	54.355.080,00	20,4%	1	70.050.096,00	14,5,2%	1	92.626.296,00	21,1%	1	125.148.960,00	21,1%	1	163.180.464,00	21,4%
União Européia 15	4	40.946.465,00	15,4%	4	48.257.269,00	10,0,0%	3	72.133.436,00	16,5%	3	99.930.783,00	16,8%	2	134.929.350,00	17,7%
Hong Kong	2	46.541.240,00	17,5%	2	58.463.144,00	12,1,1%	2	76.274.376,00	17,4%	2	100.868.568,00	17,0%	3	124.473.248,00	16,3%
Japão	3	44.940.524,00	16,9%	3	48.433.840,00	10,0,4%	4	59.408.696,00	13,6%	4	73.509.040,00	12,4%	4	83.986.280,00	11,0%
República da Coreia	5	12.518.778,00	4,7%	5	15.534.561,00	3,2,2%	5	20.094.764,00	4,6%	5	27.811.560,00	4,7%	5	35.107.776,00	4,6%
Cingapura	6	5.790.711,00	2,2%	6	6.984.217,00	1,4,5%	7	8.863.772,00	2,0%	7	12.687.600,00	2,1%	6	16.632.262,00	2,2%
Taipei China	7	5.001.071,00	1,9%	7	6.586.178,00	1,3,6%	6	9.004.478,00	2,1%	6	13.544.859,00	2,3%	7	16.549.683,00	2,2%
Rússia	+ de 10			10	3.520.742,00	7,3%	10	6.029.927,00	1,4%	8	9.098.116,00	1,5%	8	13.211.283,00	1,7%
Canadá	9	3.345.577,00	1,3%	9	4.303.458,00	8,9%	+ de 10			10	8.161.179,00	1,4%	9	11.653.675,00	1,5%
Austrália	8	3.569.446,00	1,3%	8	4.466.382,00	3,0%	8	6.263.579,00	1,4%	9	8.838.251,00	1,5%	10	11.061.501,00	1,5%
Brasil	21	1.350.925,00	0,5%	22	1.466.382,00	0,5%	22	2.143.256,00	0,5%	13	3.674.104,00	0,6%	12	4.827.209,00	0,6%
Malásia	10	3.221.098,00	1,2%	8	4.974.207,00	10,3%	9	6.140.889,00	1,4%	+ de 10			+ de 10		

FONTE: Elaboração própria baseada no site: http://www.trademap.org/Bilateral_TS.aspx em 18 de fevereiro de 2009. Os valores estão em milhões de dólares e em porcentagem. Os países que compõem a União Européia 15 são: Holanda, Alemanha, Itália, Bélgica, França, Espanha, Reino Unido, Portugal, Suécia, Finlândia, Grécia, Irlanda, Dinamarca, Áustria e Luxemburgo.

Relação Comercial China Brasil

ANEXO VI - Produtos que a China exporta para o Brasil

Ano	Produtos	2001			2002			2003			2004			2005		
		Ordem	Valores	Porcentagem	Ordem	Valores	Porcentagem	Ordem	Valores	Porcentagem	Ordem	Valores	Porcentagem	Ordem	Valores	Porcentagem
	Todos os Produtos	0	1.328.389,00	100%	0	1.553.994,00	100%	0	2.147.799,00	100%	0	3.710.477,00	100%	0	5.354.519,00	100%
	Equipamentos eletrônicos	1	380.110,00	28,6%	1	455.164,00	29,3%	1	708.289,00	33,0%	1	1.387.289,00	37,4%	1	2.138.105,00	39,9%
	Reatores nucleares, boilers, maquinário, etc	2	181.604,00	13,7%	4	163.175,00	10,5%	4	215.089,00	10,0%	4	313.396,00	8,4%	2	760.840,00	14,2%
	Produtos químicos orgânicos	3	144.414,00	10,9%	3	166.039,00	10,7%	3	216.943,00	10,1%	7	69.004,00	1,9%	3	396.016,00	7,4%
	Equipamento ótico, fotografico, médico, etc	5	67.138,00	5,1%	5	94.520,00	6,1%	5	133.782,00	6,2%	5	232.992,00	6,3%	4	370.185,00	6,9%
	Combustível mineral, óleo e produtos destilados	4	126.158,00	9,5%	2	225.606,00	14,5%	2	308.256,00	14,4%	3	365.305,00	9,8%	5	185.897,00	3,5%
	Fibras	19	9.194,00	0,7%	8	27.015,00	1,7%	6	83.048,00	3,9%	6	145.383,00	3,9%	6	168.263,00	3,1%
	Brinquedos, jogos e equipamentos esportivos	6	46.915,00	3,5%	6	35.265,00	2,3%	9	31.865,00	1,5%	8	67.020,00	1,8%	7	96.240,00	1,8%
	Veículos ferroviários e equipamentos	14	15.239,00	1,1%	13	19.269,00	1,2%	14	20.742,00	1,0%	12	47.009,00	1,3%	8	90.158,00	1,7%
	Produtos químicos inorgânicos e metais básicos	7	35.410,00	2,7%	7	33.265,00	2,1%	7	48.546,00	2,3%	13	39.983,00	1,1%	9	88.659,00	1,7%
	Artigos de ferro e aço	11	19.924,00	1,5%	12	19.711,00	1,3%	12	24.800,00	1,2%	11	47.678,00	1,3%	10	85.207,00	1,6%
	Calcçados e cintos de couro	12	18.146,00	1,4%	10	26.709,00	1,7%	8	31.990,00	1,5%	10	47.821,00	1,3%	11	81.532,00	1,5%
	Vestidário, acessórios, exceto de trico e croche	8	34.422,00	2,6%	11	22.966,00	1,5%	11	25.996,00	1,2%	9	48.062,00	1,3%	12	80.788,00	1,5%
	Plástico e artigos de plástico	15	14.703,00	1,1%	16	16.938,00	1,1%	13	21.250,00	1,0%	20	24.845,00	0,7%	13	73.426,00	1,4%
	Borracha e artigos de borracha	23	7.827,00	0,6%	29	5.970,00	0,4%	21	11.238,00	0,5%	16	25.938,00	0,7%	14	65.918,00	1,2%
	Artigos de couro, tirpas animais e couroca	10	22.949,00	1,7%	9	26.941,00	1,7%	10	26.041,00	1,2%	15	34.095,00	0,9%	15	59.544,00	1,1%
	Ferro e Aço	30	4.822,00	0,4%	28	6.020,00	0,4%			0,0%	17	25.882,00	0,7%	16	48.720,00	0,9%
	Vegetais comestíveis, raízes e tubérculos	18	9.612,00	0,7%	14	19.093,00	1,2%	20	13.665,00	0,6%	26	15.544,00	0,4%	17	39.608,00	0,7%
	Tintas, pigmentos, etc	13	17.958,00	1,4%	17	16.465,00	1,1%	15	20.321,00	0,9%	2	409.922,00	11,0%	18	34.000,00	0,6%
	Vestidário, acessórios, incluindo de trico e croche	9	23.501,00	1,8%	15	18.216,00	1,2%	16	16.215,00	0,8%	23	20.792,00	0,6%	19	31.378,00	0,6%
	Artigos manufaturados variados	16	13.023,00	1,0%	18	13.212,00	0,9%	19	14.263,00	0,7%	22	22.129,00	0,6%	20	30.134,00	0,6%

FONTE: Elaboração própria baseada no site: http://www.trademap.org/Bilateral_TS.aspx em 18 de fevereiro de 2009.

Relação Comercial China Brasil

ANEXO VII – Produtos que o Brasil exporta para a China

Ano	Produtos	2001			2002			2003			2004			2005		
		Ordem	Valores	Porcentagem	Ordem	Valores	Porcentagem	Ordem	Valores	Porcentagem	Ordem	Valores	Porcentagem	Ordem	Valores	Porcentagem
Todos os Produtos		Total	1.902.122,00	100%	Total	2.520.979,00	100%	Total	4.533.363,00	100%	Total	5.441.746,00	100%	Total	6.834.997,00	100,0%
Minério		2	491.003,00	25,8%	2	608.875,00	24,2%	2	773.661,00	17,1%	2	1.108.978,00	21,5%	1	1.891.778,00	27,7%
Óleo de semente, óleo de fruta, óleos essenciais, óleos vegetais, óleos minerais, óleos e produtos destilados		1	537.676,00	28,3%	1	825.709,00	32,8%	1	1.313.083,00	29,0%	1	1.621.772,00	29,8%	2	1.717.113,00	25,1%
Combustível mineral, óleo e produtos destilados		12	39.868,00	2,1%	63	39,00	0,0%	17	23.912,00	0,5%	6	219.475,00	4,0%	3	558.074,00	8,2%
Ferro e aço		7	57.046,00	3,0%	3	140.013,00	5,6%	3	754.599,00	16,6%	4	418.654,00	7,7%	4	527.791,00	7,7%
Polpa de madeira, material de fibra de celulose, etc		3	127.268,00	6,7%	5	114.154,00	4,5%	5	265.605,00	5,9%	5	266.222,00	4,9%	5	270.051,00	4,0%
Reatores nucleares, boilers, maquinário, etc		5	88.293,00	4,6%	6	108.819,00	4,3%	6	205.828,00	4,5%	8	192.501,00	3,5%	6	259.182,00	3,8%
Couro e pele de animais crus		9	55.232,00	2,9%	8	88.199,00	3,5%	9	116.465,00	2,6%	7	195.874,00	3,6%	7	250.317,00	3,7%
Tábaco e substituto manufaturado do tabaco		8	56.124,00	3,0%	10	69.448,00	2,8%	11	55.671,00	1,2%	11	101.865,00	1,9%	8	248.822,00	3,6%
Animal, gordura vegetal e óleo, produtos de clivagem, etc		23	5.390,00	0,3%	4	126.442,00	5,0%	4	270.034,00	6,0%	3	496.507,00	9,1%	9	172.098,00	2,5%
Madeira e artigos de madeira		11	46.223,00	2,4%	9	78.254,00	3,1%	8	122.144,00	2,7%		137.054,00	2,5%	10	148.008,00	2,2%
Algodão		50	172,00	0,0%	27	2.725,00	0,1%	18	20.004,00	0,4%	21	20.054,00	0,4%	11	93.099,00	1,4%
Plástico e artigos de plástico		18	10.011,00	0,5%	12	27.308,00	1,1%	12	52.842,00	1,2%	18	33.627,00	0,6%	12	88.815,00	1,3%
Cerne e derivados		17	10.320,00	0,5%	20	7.003,00	0,3%	16	11.497,00	0,3%	15	40.417,00	0,7%	13	85.355,00	1,2%
Equipamentos eletrônicos		10	50.842,00	2,7%	11	68.470,00	2,7%	10	62.002,00	1,4%	12	59.339,00	1,1%	14	71.925,00	1,1%
Sul, enxofre, terra, pedra, óxido de cálcio e cimento		15	13.883,00	0,7%	14	23.407,00	0,9%	13	51.663,00	1,1%	14	47.042,00	0,9%	15	60.810,00	0,9%
Veículos ferroviários e equipamentos		4	122.457,00	6,4%	7	95.446,00	3,8%	7	184.059,00	4,1%	10	113.424,00	2,1%	16	55.382,00	0,8%
Produtos químicos orgânicos		14	14.224,00	0,7%	16	13.912,00	0,6%	15	27.021,00	0,6%	16	36.222,00	0,7%	17	43.658,00	0,6%
Produtos químicos inorgânicos e metais preciosos		20	6.401,00	0,3%	28	2.268,00	0,1%	20	15.056,00	0,3%	13	56.524,00	1,0%	18	42.851,00	0,6%
Vegetais, frutas, nozes		22	6.250,00	0,3%	19	7.377,00	0,3%	19	18.193,00	0,4%	19	31.012,00	0,6%	19	38.792,00	0,6%
Borracha e artigos de borracha		25	2.336,00	0,1%	23	4.698,00	0,2%	22	10.459,00	0,2%	25	9.628,00	0,2%	20	22.017,00	0,3%

Fonte: Elaboração própria baseada no site: http://www.mademap.org/Bilateral_TS.aspx em 18 de fevereiro de 2009.

Relação Comercial China Brasil

Anexo VIII - Medidas Antidumping Impostas pelo Brasil a China (1995 - 2005)

Produto	Países	Início da Investigação	Fim da Investigação	Resultado
Lápis de mina de grafite e de cor	China	21/02/1996	26/02/1997	Com aplicação de direito
Pneumático de bicicleta	China	05/07/1996	02/01/1998	Com aplicação de direito
Cogumelo	China	07/02/1997	02/01/1998	Com aplicação de direito
Ímã de ferrite em forma de anel	China	05/06/1997	02/06/1998	Com aplicação de direito
Carbonato de bário	China	03/07/1997	06/07/1998	Com aplicação de direito
Broca helicoidal de aço	China	09/01/1998	24/12/1998	Com aplicação de direito
Ampola de vidro	China	04/06/1998	21/07/1999	Com aplicação de direito
Garrafa térmica	China	04/06/1998	21/07/1999	Com aplicação de direito
Ventilador de mesa (revisão)	China	14/08/2000	07/08/2001	Com aplicação de direito
Cadeado (revisão)	China	20/12/2000	04/12/2001	Com aplicação de direito
Alho (revisão)	China	09/01/2001	21/12/2001	Com aplicação de direito
Glifosato	China	30/08/2001	12/02/2003	Com aplicação de direito
Lápis de mina de grafite e de cor (revisão)	China	21/02/2002	12/02/2003	Com aplicação de direito
Cogumelo (revisão)	China	19/12/2002	19/12/2003	Com aplicação de direito
Pneumático de bicicleta	China	19/12/2002	19/12/2003	Com aplicação de direito, suspensão em
Magnésio em pó	China	29/04/2003	11/10/2004	Com aplicação de direito
Magnésio metálico	China	29/04/2003	11/10/2004	Com aplicação de direito
Ímã de ferrite em forma de anel (revisão)	China	05/06/2003	03/06/2004	Com aplicação de direito
Carbonato de bário (revisão)	China	01/07/2003	01/07/2004	Com aplicação de direito
Garrafa térmica (revisão)	China	20/07/2004	19/07/2005	Com aplicação de direito
Hidrômetro Residencial	China	05/06/1997	04/06/1998	Sem aplicação de direito
Tela metálica hexagonal	China	04/06/2001	07/08/2002	Sem aplicação de direito
Conexão de ferro fundido maleável, com rosca BSP	China	23/10/2001	10/10/2002	Sem aplicação de direito
Bicarbonato de sódio	China	23/07/2002	10/07/2003	Sem aplicação de direito
Broca helicoidal de aço (revisão)	China	15/12/2003	14/12/2004	Sem aplicação de direito
Caneta esferográfica	China	07/07/2004	12/12/2005	Sem aplicação de direito

Fonte: Tabela preparada a próprio punho, dados retirados no RELATÓRIO DECOM Nº 11 – 2007.

Relação Comercial China Brasil

Anexo IX - Medidas Antidumping Impostas pelo Brasil aos EUA (1995 - 2005)

Produto	Países	Início da Investigação	Fim da Investigação	Resultado
Tubo de vidro para coleta de sangue a vácuo	EUA	15/09/1997	16/10/1998	Com aplicação de direito
Policloreto de vinila - PVC	EUA	15/12/1997	22/12/1998	Com aplicação de direito
Resina de policarbonatos	EUA	12/02/1998	26/07/1999	Com aplicação de direito
Hidroxietilcelulose - HEC	EUA	19/10/1998	19/04/2000	Com aplicação de direito
Fenol	EUA	19/04/2001	16/10/2002	Com aplicação de direito
Éter monobutílico do etilenoglicol	EUA	10/11/2003	11/10/2004	Com aplicação de direito
Policloreto de vinila - PVC (revisão)	EUA	15/12/2003	01/07/2005	Com aplicação de direito
Resina de tereftalato de polietileno - PET	EUA	03/03/2004	02/09/2005	Com aplicação de direito
Medicamento à base de insulina	EUA	05/12/2000	06/03/2001	Compromisso de preço, suspenso em 7/3/2005
Tubo de vidro para coleta de sangue a vácuo (revisão)	EUA	19/10/1998	06/10/1999	Sem aplicação de direito
Borracha Sintética - SBR	EUA	23/09/1996	26/03/1997	Sem aplicação de direito
Tubo de plástico para coleta de sangue a vácuo	EUA	19/10/1998	06/10/1999	Sem aplicação de direito
Metacrilato de metila - MMA	EUA	14/09/1999	22/03/2001	Sem aplicação de direito
Tubo para coleta de sangue	EUA	01/09/2000	20/06/2001	Sem aplicação de direito
Polietileno de baixa densidade linear – PEBDL	EUA	03/10/2001	25/03/2002	Sem aplicação de direito
Benzotiazol	EUA	19/02/2002	18/7/2003	Sem aplicação de direito
Acrlonitrila	EUA	19/08/2002	18/02/2004	Sem aplicação de direito
Resina de policarbonatos (revisão)	EUA	11/09/2003	30/07/2004	Sem aplicação de direito
Metacrilato de metila - MMA	EUA	23/04/2004	22/09/2005	Sem aplicação de direito
N-Butanol	EUA	02/03/2005	19/04/2006	Sem aplicação de direito
Resina de policarbonato	EUA	09/08/2005	10/01/2006	Sem aplicação de direito

Fonte: Tabela preparada a próprio punho, dados retirados no RELATÓRIO DECOM Nº 11 – 2007.